

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

REGRAS PARA 2026

Instrutor: Livieli Floresta

Sumário

Legislação Societária x Tributária.....	04
Atos Legais.....	06
Subvenção para Investimento a partir de 1º de janeiro de 2024.....	18
Aspectos relevantes da reforma tributária do consumo.....	25
Hipóteses de incidência do IBS e da CBS.....	29
Contribuinte do IBS e da CBS.....	31
Não contribuintes do IBS e da CBS.....	32
Modelo operacional do IBS e da CBS.....	35
Regimes de apuração.....	39
Cesta básica nacional.....	40
Regimes diferenciados.....	41
Redução de alíquotas em 30%.....	42
Redução de alíquotas em 60%.....	43
Redução de alíquotas em 60% Insumos agropecuários e aquícolas.....	44
Redução de alíquotas a zero - Produtos hortícolas, frutas e ovos.....	46
Regimes específicos.....	47
Operações com bens imóveis.....	48
ECD e autenticação de livros.....	52
ECF - Escrituração contábil fiscal.....	54
Receitas.....	55
Tributação das pessoas jurídicas.....	61
Instituições imunes, isentas e não incidência.....	67
Lucro presumido.....	71
Lucro arbitrado.....	82
Tópicos específicos do lucro real.....	85
Imobilizado / depreciação.....	86
Operações de arrendamento.....	90
Juros sobre capital próprio.....	93
PAT - Programa de alimentação do trabalhador.....	110
Compensação de prejuízos.....	113
Lucro real.....	118
Apuração trimestral ou anual.....	123
Apuração trimestral.....	124
Apuração anual.....	127
Apuração anual – Ajuste.....	132
Distribuição de lucros ou dividendos.....	138
Distribuição de lucros e dividendos a partir de 2026.....	144
Apêndice I - Regime de estimativa receita bruta.....	146
Apêndice II - Balanços ou balancetes de suspensão ou redução.....	151
Apêndice III - Contribuição social – CSLL.....	155
Revisando procedimentos.....	161

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Regras para 2026

Realização:



Há 28 anos gerando valor à informação contábil e produzindo crescimento organizacional.


Nossos Serviços

- ✓ Contabilidade.
- ✓ Auditoria Contábil e Tributária.
- ✓ Consultoria Contábil e Tributária.
- ✓ Planejamento tributário.
- ✓ Contencioso tributário.
- ✓ Reorganização Societária:
 - ☐ Estruturação de Holdings sob os aspectos societário, tributário e sucessório; e
 - ☐ Projetos de cisão, fusão e incorporação.
- ✓ Educação e Desenvolvimento Profissional.



 @florestaict

 www.florestaict.com.br

 (62) 3285-4008

Contador, Auditor Independente, Economista, sócio da empresa Floresta Auditores Independentes, responsável técnico junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, membro da Câmara de Auditores Independentes do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com especialização em Auditoria e Perícia pela PUC-GO, Consultor da área tributária, especialista em Imposto de Renda, Professor da Matéria em Cursos e Seminários ministrados em Goiás e outros Estados, atuando há vários anos nas Áreas de Auditoria e Consultoria; foi presidente do CRC-GO e vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade.



Este material foi elaborado com base em considerações gerais das legislações tributária, contábil e societária vigentes. Assim, recomenda-se que:



não seja utilizado isoladamente para decisões específicas;



para aplicação dos princípios aqui apresentados sejam observadas as particularidades de cada situação; e



se busque orientação profissional antes de qualquer decisão com base neste conteúdo.



Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho, sob qualquer forma ou meio, sem prévia expressa autorização do autor (Lei nº 9,610, 19 de fevereiro de 1998 - D.O.U de 20/02/1998).





LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA X TRIBUTÁRIA

☐ Principais Textos Legais - Legislação Societária

- ☐ Lei 6.404, de 1976;
- ☐ Lei 6.385, de 1976;
- ☐ Lei 10.406, de 2002 (NCC) - Livro II, a partir do artigo 966;
- ☐ Lei 11.638, de 2007;
- ☐ Lei 11.941, de 2009, artigos 37 e 38; e
- ☐ Lei 12.249, de 2010: **São Atribuições do CFC:** "Regular acerca dos princípios contábeis, do exame de suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; **e editar Normas Brasileiras de Contabilidade** de natureza técnica e profissional".

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

☐ Principais Textos Legais - Legislação Tributária

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Decreto - Lei 1.598, de 1977; | <input type="checkbox"/> Lei 11.941/2009 (Exceto artigos 37 e 38); |
| <input type="checkbox"/> Lei 12.973, de 2014; | <input type="checkbox"/> Decreto 9.580, de 2018 (RIR) |
| <input type="checkbox"/> IN RFB 1.700, de 2017; | <input type="checkbox"/> IN RFB 1.753, de 2017; |
| <input type="checkbox"/> IN RFB 2121, de 2022; | <input type="checkbox"/> IN RFB 2.055, de 2021; |
| <input type="checkbox"/> Lei Complementar 214, de 2025 (RTC); | <input type="checkbox"/> Lei Complementar 224, de 2025; |
| <input type="checkbox"/> Lei Complementar 227, de 2026. | |

7

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

- Legislação Societária Brasileira;
- Os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, homologados pelos órgãos reguladores: CFC, CVM, BACEN, SUSEP, ANEEL, ANS, ANTT, etc.; e
- Práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

8

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA x TRIBUTÁRIA

APLICAÇÃO REGRA GERAL (CONVERGÊNCIA):

- Empresas Reguladas (Cias. de Capital Aberto, Instituições Financeiras, Seguradoras entre outras) - Observar normas estabelecidas pelos respectivos reguladores.
- Empresas de Grande Porte - observar todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC recepcionados pelo regulador CFC;
- Empresas de Médio Porte, não enquadradas nos itens acima mencionados, com receita bruta acima de R\$ 78 milhões por ano, aplicar o CPC PME - Resolução CFC 1255, de 2009, NBC TG 1000 (R1) e CTG 1000;
- Pequenas Empresas com finalidade de lucro, com receita bruta superior a R\$ 4,8 milhões e inferior a R\$ 78 milhões por ano, aplicar NBC TG 1001;
- Microentidades com finalidade de lucro, com receita bruta até R\$ 4,8 milhões por ano, aplicar NBC TG 1002;
- Entidade Fechada de Previdência Complementar, aplicar ITG 2001;
- Entidades sem finalidade de lucros, aplicar ITG 2002 (R1);
- Entidade desportiva, aplicar ITG 2003 (R2), em complemento foi editada a OTG 2003 (R1); e
- Entidade Cooperativa, aplicar ITG 2004, a partir de 01.01.2018.

9

ATOS LEGAIS

10

ATOS LEGAIS

Lei Complementar 227, de 13.01.2026 (Conversão do PLP 108)

- ✓ Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão *Causa mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 1.079, de 10.04.1950, a Lei nº 9.430, de 27.12.1996, a Lei nº 10.893, de 13.07.2004, a Lei nº 14.113, de 25.12.2020, a Lei Complementar nº 63, de 11.01.1990, a Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996 (Lei Kandir), a Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a Lei Complementar nº 141, de 13.01.2012, a Lei Complementar nº 192, de 11.03.2022, a Lei Complementar nº 214, de 16.01.2025, o Decreto-Lei nº 37, de 18.11.1966, e o Decreto nº 70.235, de 6.03.1972; e revoga dispositivos da Lei nº 10.833, de 29.12.2003, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.08.2001.

Lei Complementar 214, de 16.01.2025

- ✓ Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

11

ATOS LEGAIS

Lei 15.270, de 26.11.2026

- ✓ Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências.

12

ATOS LEGAIS

Lei Complementar 224, de 26.12.2025

Dispõe sobre a redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União; estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa; e altera as Leis Complementares nºs 101, de 4.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), 105, de 10.01.2001, e 215, de 21.03.2025, e as Leis nºs 7.689, de 15.12.1988, 9.249, de 26.12.1995, 13.756, de 12.12.2018, e 8.137, de 27.12.1990.

13

ATOS LEGAIS

Lei Complementar 224, de 26.12.2025

- ✓ Redução linear dos incentivos e benefícios no âmbito da união (arts. 4º, 5º e 14);
- ✓ Altera as alíquotas da CSLL, que produzirá efeitos a partir de 1º de abril de 2026 (art. 7º e 14);
- ✓ Altera a alíquota do imposto sobre a renda na fonte sobre os JCP, para 17,5%, no pagamento ou crédito ao beneficiário, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026 (art. 8º e 14);

ATOS LEGAIS

CSLL – NOVAS ALÍQUOTAS

As alíquotas da CSLL, observado o princípio constitucional da noventena, **partir** de 1º de abril de 2026 são as seguintes:

PJs Grupo I - 15%, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados e das referidas nos [incisos II, III, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001](#):

- II - distribuidoras de valores mobiliários;
- III - corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- V - sociedades de crédito imobiliário;
- VI - administradoras de cartões de crédito;
- VII - sociedades de arrendamento mercantil;
- IX - cooperativas de crédito;
- X - associações de poupança e empréstimo.

Lei 7.689, de 1988 (com redação alterada pela LC 224/25), IN RFB 1.700/17 - art. 30 (com redação alterada pelas INs RFB 1.925/20 e 1.942/20)

Lei 7.689, de 1988 (com redação alterada pela LC nº 224/25), IN RFB nº 1.700/17 - art. 30 (com redação alterada pelas INs RFB 1.925/20 e 1.942/20)

15

ATOS LEGAIS

CSLL – NOVAS ALÍQUOTAS

PJs Grupo II - 20%, no caso das pessoas jurídicas referidas no [inciso I \(os bancos de qualquer espécie\) do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001](#);

PJs Grupo III - no caso das instituições de pagamento, nos termos da [Lei nº 12.865/ 2013](#), e das pessoas jurídicas referidas nos incisos [VIII](#) (administradoras de mercado de balcão organizado); [XI](#) (bolsas de valores e de mercadorias e futuros); [XII](#) (entidades de liquidação e compensação); e [XIII \(outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional como instituições financeiras\) do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001](#);

- a) 12% (doze por cento), até 31 de dezembro de 2027; e
- b) 15% (quinze por cento), a partir de 1º de janeiro de 2028.

Lei 7.689, de 1988 (com redação alterada pela LC nº 224/25), IN RFB nº 1.700/17 - art. 30 (com redação alterada pelas INs RFB 1.925/20 e 1.942/20)

16

ATOS LEGAIS

CSLL – NOVAS ALÍQUOTAS

PJs Grupo IV - no caso das pessoas jurídicas referidas no [inciso IV \(sociedade de crédito, financiamento e investimento\) do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001](#), e das pessoas jurídicas de capitalização:

- (a) 17,5%, até 31.12.2027; e
- (b) 20%, a partir de 1º de janeiro de 2028;

PJs Grupo V - 9%, no caso das demais pessoas jurídicas.

Lei 7.689, de 1988 (com redação alterada pela LC nº 224/25), IN RFB nº 1.700/17 - art. 30 (com redação alterada pelas INs RFB 1.925/20 e 1.942/20)

17

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

A redução aplica-se aos incentivos e benefícios relativos aos seguintes tributos federais:

- (i) IRPJ; e CSLL;
- (ii) PIS/PASEP; e COFINS;
- (iii) Imposto de Importação (II);
- (iv) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e
- (v) Contribuição previdenciária do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada.

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

18

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

ABRANGÊNCIA

A Redução abrange os incentivos e benefícios tributários federais discriminados no demonstrativo de gastos tributários a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, de 1988, **anexo à Lei Orçamentária Anual de 2026 (LOA)**, instituídos por meio dos seguintes regimes: (i) lucro presumido; (ii) regime especial da indústria química (REIQ); (iii) crédito presumido de IPI; (iv) crédito presumido das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS; (v) redução a 0 (zero) das alíquotas das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS; e (vi) redução das alíquotas de PIS/PASEP e COFINS prevista no art. 2º da Lei 10.925/2004.

VIGÊNCIA

A redução dos incentivos e benefícios tributários de que trata a LC 224, produzirá efeitos:

- (i) a partir de 1º de janeiro de 2026, para os benefícios referentes ao IRPJ e II; e
- (ii) a partir de 1º de abril de 2026, para os demais tributos (PIS/COFINS/CSLL/CP).

Lei Complementar 224/2025, Decreto 12.808/2025, Portaria MF 3.278/2025, IN RFB 2.305/2025 alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026, e RFB - PLOA 2026 (Setembro/2025 - Versão 1.01).

19

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

A redução dos incentivos e benefícios a que se refere a LC 224 será implementada cumulativamente, nos termos a seguir:

BENEFÍCIO	PROCEDIMENTO PARA A REDUÇÃO DOS INCENTIVOS
I - isenção e alíquota 0 (zero):	aplicação de alíquota correspondente a 10% da alíquota do sistema padrão de tributação sobre a base de cálculo do tributo;
II - alíquota reduzida:	aplicação de alíquota correspondente à soma de 90% da alíquota reduzida e 10% da alíquota do sistema padrão de tributação;
III - redução de base de cálculo:	aplicação de 90% da redução da base de cálculo prevista na legislação específica do benefício;
IV - crédito financeiro ou tributário, incluído crédito presumido ou fictício:	aproveitamento limitado a 90% do valor original do crédito, cancelando-se o valor não aproveitado;
V - redução de tributo devido:	aplicação de 90% da redução do tributo prevista na legislação específica do benefício;

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

20

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

A redução dos incentivos e benefícios a que se refere a LC 224 será implementada cumulativamente, nos termos a seguir:

BENEFÍCIO	PROCEDIMENTO PARA A REDUÇÃO DOS INCENTIVOS
VI - regimes especiais ou favorecidos opcionais em que os tributos são cobrados como porcentagem da receita bruta:	elevação em 10% da porcentagem da receita bruta; e
VII - regimes de tributação em que a base de cálculo seja presumida:	acréscimo de 10% nos percentuais de presunção.

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

21

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

Lucro Presumido Acréscimo de 10% - Percentuais de Presunção

A redução dos incentivos e benefícios, **no caso do regime do lucro presumido**, previsto nos [arts. 25 e 26 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996](#), o acréscimo previsto no inciso VII do § 4º, artigo 4º da LC 224, de 26.12.2025 **somente se aplica aos percentuais de presunção** incidentes sobre a parcela da receita bruta total que exceda o valor de R\$ 5.000.000,00 no ano-calendário, observado o seguinte:

- (i) o limite deve ser distribuído proporcionalmente entre os períodos de apuração trimestrais, permitido o ajuste nos trimestres subsequentes do mesmo ano-calendário; e
- (i) o acréscimo deverá ser aplicado proporcionalmente às receitas auferidas em cada uma das atividades.

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

22

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

Lucro Presumido Acréscimo de 10% - Percentuais de Presunção

- ✓ O limite proporcional corresponde a R\$ 1.250.000,00 por trimestre e deve ser verificado considerando a receita bruta do respectivo trimestre;
- ✓ No trimestre em que a **receita bruta for superior ao limite** proporcional, aplicar o respectivo percentual de presunção do IRPJ e da CSLL acrescido em 10% sobre a parcela da receita bruta que exceder o referido limite (art. 15, § 3º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).
- ✓ No trimestre em que a **receita bruta for inferior ao limite** proporcional, a diferença poderá ser considerada para fins de apuração do limite aplicável aos trimestres subsequentes do mesmo ano-calendário (art. 15, 4º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

23

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

Lucro Presumido Acréscimo de 10% - Percentuais de Presunção

No último trimestre, a PJ deverá verificar o limite anual considerando a receita bruta acumulada (art. 15, § 5º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).

I - Na hipótese de a receita bruta acumulada ser inferior ao limite anual:

- (a) não incidirá o acréscimo em 10% nos percentuais de presunção no último trimestre do ano-calendário; e
- (a) a pessoa jurídica poderá
 - (b.1) recalculer o IRPJ e a CSLL devidos sem o acréscimo em 10% nos percentuais de presunção naqueles trimestres em que tal acréscimo tiver sido aplicado;
 - (b.2) apurar a diferença entre o IRPJ e a CSLL recalculados nos termos do item (b.1) e os valores apurados anteriormente, com a aplicação do acréscimo em 10%; e
 - (b.3) deduzir a diferença apurada nos termos do item (b.2) do IRPJ e CSLL devidos no último trimestre do ano-calendário;

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

24

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

Lucro Presumido Acréscimo de 10% - Percentuais de Presunção

No último trimestre, a PJ deverá verificar o limite anual considerando a receita bruta acumulada (art. 15, § 5º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).

II - Na hipótese de a receita bruta acumulada do ano-calendário ser superior ao limite anual

Na hipótese de a receita bruta acumulada do ano-calendário ser superior ao limite anual e a parcela excedente correspondente for inferior ao somatório das parcelas excedentes dos trimestres anteriores ao último trimestre do mesmo ano-calendário:

- (a) não incidirá o acréscimo em 10% nos percentuais de presunção no último trimestre do ano-calendário; e
- (a) a pessoa jurídica poderá recalculer o IRPJ e a CSLL devidos com acréscimo em 10% naqueles trimestres em que tal acréscimo tiver sido aplicado, hipótese em que deverá:
 - (b.1) apurar a razão entre a parcela excedente de cada trimestre em que o limite proporcional foi excedido e o somatório das parcelas excedentes dos trimestres anteriores ao último trimestre do ano-calendário em que o limite proporcional foi excedido;
 - (b.2) calcular o produto entre a razão de que trata o item (b.1) e a parcela da receita bruta acumulada do ano-calendário;
 - (b.3) efetuar o recálculo considerando como parcela excedente ao limite proporcional do trimestre o valor obtido conforme o item (b.2) e apurar a diferença em relação aos valores devidos efetivamente apurados, a qual poderá ser deduzida do IRPJ e CSLL devido no último trimestre do ano-calendário; e

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

25

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

Lucro Presumido Acréscimo de 10% - Percentuais de Presunção

No último trimestre, a PJ deverá verificar o limite anual considerando a receita bruta acumulada (art. 15, § 5º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).

III - Na hipótese de a receita bruta acumulada do ano-calendário **ser superior ao limite anual e a parcela excedente** correspondente **for superior ao somatório das parcelas excedentes dos trimestres anteriores** ao último trimestre do ano-calendário, a parcela excedente do último trimestre será limitada à diferença entre a parcela da receita bruta acumulada do ano-calendário que exceder o limite anual e o somatório das parcelas excedentes dos trimestres anteriores ao último trimestre do mesmo ano-calendário.

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

26

ATOS LEGAIS

REDUÇÃO LINEAR DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DA UNIÃO

Lucro Presumido Acréscimo de 10% - Percentuais de Presunção

Pedido de restituição ou de compensação

- ✓ Caso o IRPJ e a CSLL devidos, recalculados, seja superior, respectivamente, ao IRPJ e à CSLL devidos apurados no último trimestre do ano-calendário, a parcela excedente poderá ser objeto de pedido de restituição ou de compensação, mediante solicitação do contribuinte, na forma da legislação aplicável (art. 15, § 7º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).

Atualização do crédito

- ✓ O crédito apurado na forma acima, será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulados mensalmente, e de juros de 1%.

Limite no caso de início ou encerramento de atividades no curso do ano-calendário

- ✓ No caso de início ou encerramento de atividades no curso do ano-calendário, o limite anual previsto no caput deverá ser calculado proporcionalmente, considerando o número de trimestres efetivamente em atividade, multiplicado pelo limite estabelecido (art. 15, § 9º, IN RFB 2305, de 31.12.2025).

Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.
Lei Complementar 224, de 26.12.2025, Decreto 12.808, de 2025, Portaria MF 3.278, de 2025, e IN RFB 2.305, de 2025, alterada pela IN RFB 2.306, de 22.01.2026.

27

ATOS LEGAIS

DIRB – INCLUSÃO DE ITENS NA LISTA DE INCENTIVOS

Declaração de incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária

Conteúdo da DIRBI

A DIRBI conterá informações relativas a valores do crédito tributário referente a impostos e contribuições que deixaram de ser recolhidos em razão da concessão dos incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária usufruídos pelas pessoas jurídicas constantes do Anexo Único da IN RFB 2.198, de 17.06.2024, alterada pela IN RFB 2.294, de 03.12.2025.

As informações relativas aos benefícios referentes ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deverão ser prestadas:

- no caso de período de apuração trimestral, na declaração referente ao mês de encerramento do período de apuração; e
- no caso de período de apuração anual, na declaração referente ao mês de dezembro.

Lei nº 14.973, de 2024, artigos. 43 e 44, INs RFB 2.198, de 2024, 2.241, de 2024 e 2.294, de 03.12.2025

28

ATOS LEGAIS

DIRB – INCLUSÃO DE ITENS NA LISTA DE INCENTIVOS

Declaração de incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária

Obrigatoriedade de apresentação da DIRBI

São obrigados a apresentar a DIRBI mensalmente:

- (i) as pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as equiparadas e as isentas; e
- (ii) os consórcios que realizam negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício.

Forma de Apresentação

- ✓ A DIRBI deverá ser elaborada mediante a utilização de formulários próprios do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - e-CAC, disponíveis no site da RFB na Internet, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederale>.
- ✓ Aplica-se, inclusive, aos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Lei nº 14.973, de 2024, artigos. 43 e 44, INs RFB 2.198, de 2024, 2.241, de 2024 e 2.294, de 03.12.2025

29

ATOS LEGAIS

DIRB – INCLUSÃO DE ITENS NA LISTA DE INCENTIVOS

Declaração de incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária

Alteração do Anexo Único - IN RFB 2.198, de 17.06.2024

O Anexo Único da IN RFB 2.198, de 17.06.2024, foi alterado pela IN RFB 2.294, de 03.12.2025, incluindo as informações relativas a incentivos, renúncias, benefícios e imunidades os itens 89 a 173. As informações constantes dos itens 89 a 173 do referido Anexo Único, deverão ser prestadas nas DIRBIs referentes aos períodos de apuração de janeiro de 2026 e posteriores.

Prazo para Apresentação

A DIRBI deve ser apresentada até o vigésimo dia do segundo mês subsequente ao do período de apuração. aplica-se, inclusive, aos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Lei nº 14.973, de 2024, artigos. 43 e 44, INs RFB 2.198, de 2024, 2.241, de 2024 e 2.294, de 03.12.2025

30

ATOS LEGAIS

DIRB – INCLUSÃO DE ITENS NA LISTA DE INCENTIVOS

Declaração de incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária

Penalidades na apresentação da DIRBI fora do prazo

A pessoa jurídica que deixar de apresentar a DIRBI no prazo estabelecido ou que apresentá-la em atraso estará sujeita, às seguintes penalidades alternativas, calculada por mês ou fração, incidente sobre sua receita bruta apurada no período:

- ✓ 0,5% sobre a receita bruta de até R\$ 1.000.000,
- ✓ 1% sobre a receita bruta de R\$ 1.000.000,01 até R\$ 10.000.000,00; e
- ✓ 1,5% sobre a receita bruta acima de R\$ 10.000.000,00.

A penalidade mencionada será limitada a 30% do valor dos benefícios fiscais usufruídos. Destacando-se que, será aplicada multa de 3%, não inferior a R\$ 500,00, sobre o valor omitido, inexato ou incorreto, independentemente da penalidade relativa a prazo de entrega.

Lei 14.973, de 2024, artigos. 43 e 44, INs RFB 2.198, de 2024, 2.241, de 2024 e 2.294, de 03.12.2025

31

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2024

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

- ✓ Dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico;
- ✓ Altera as Leis nºs 9.249, de 26.12.1995 (No que tange, a base de cálculo dos juros s/ capital próprio), 14.592, de 30.05.2023 (Concede crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS para receitas do transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto metropolitano), e 14.754, de 12.12.2023 (Que dispõe sobre a tributação de aplicações em Fundos de investimento, entidades controladas, trusts no exterior e dá outras providências).

33

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

- ✓ Revoga os seguintes dispositivos:
 - I - inciso V do **caput** do art. 19 (Exclui Subvenção na apuração do Lucro Real) e § 2º do art. 38 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26.12.1977 (Subvenções não serão computadas no Lucro Real);
 - II - inciso X do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 (Exclui Subvenção da base de cálculo do PIS/PASEP);
 - III - inciso IX do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Exclui Subvenção da base de cálculo da COFINS); e
 - IV - art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (Subvenções, não serão computadas na determinação do Lucro Real).
- ✓ Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

34

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO

A pessoa jurídica tributada pelo lucro real que receber subvenção da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para **implantar ou expandir** empreendimento econômico poderá apurar crédito fiscal de subvenção para investimento, observado as disposições contidas nesta Lei;

Para os fins do disposto acima, considera-se crédito fiscal de subvenção para investimento - o direito creditório:

- (i) decorrente de implantação ou expansão do empreendimento econômico subvencionado por ente federativo;
- (ii) concedido a título de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); e
- (iii) passível de ressarcimento ou de compensação com tributos administrados pela RFB.

35

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – HABILITAÇÃO

- ✓ Poderá ser beneficiária do crédito fiscal de subvenção para investimento a PJ habilitada pela RFB;
- ✓ Requisitos para a concessão da habilitação à PJ: (i) ser beneficiária de subvenção para investimento concedida por ente federativo; (ii) haver ato concessivo da subvenção editado pelo ente federativo anterior **à implantação ou à expansão** do empreendimento econômico; e (iii) haver ato concessivo da subvenção editado pelo ente federativo que estabeleça expressamente as condições e as contrapartidas a serem observadas pela PJ relativas à implantação ou à expansão do empreendimento econômico;
- ✓ Na hipótese da RFB, não se manifestar dentro do prazo de 30 dias, a pessoa jurídica será considerada habilitada;
- ✓ A IN RFB 2.170, de 29.12.2023, regulamenta a habilitação.

36

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO - APURAÇÃO

- ✓ corresponderá ao produto das receitas de subvenção e da alíquota de 25% relativa ao IRPJ;
- ✓ deverá ser apurado na ECF do período de apuração de reconhecimento das receitas de subvenção;
- ✓ Na apuração, poderão ser computadas somente as receitas de subvenção que: (i) estejam relacionadas à implantação ou à expansão do empreendimento econômico; e (ii) sejam reconhecidas após o protocolo do pedido de habilitação da PJ;
- ✓ Na apuração, somente poderão ser computadas as receitas de subvenção que: (i) sejam relacionadas às despesas de depreciação, amortização ou exaustão ou de locação ou arrendamento de bens de capital, relativas à implantação ou à expansão do empreendimento econômico; e (ii) tenham sido computadas na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

37

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO - APURAÇÃO

Não poderão ser computadas na apuração do crédito fiscal:

- (i) a parcela das receitas que superar o valor das despesas de depreciação, amortização ou exaustão ou de locação ou arrendamento de bens de capital;
- (ii) a parcela das receitas que superar o valor das subvenções concedidas pelo ente federativo; e
- (iii) as receitas decorrentes de incentivos de IRPJ e do próprio crédito fiscal de subvenção para investimento.

38

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – APURAÇÃO

- ✓ Os valores das despesas citadas no item (i) acima, serão considerados de forma acumulada a partir da data do ato concessivo da subvenção.
- ✓ Não se aplicará na hipótese de subvenção relacionada a bem não sujeito a depreciação, amortização ou exaustão.

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO - UTILIZAÇÃO

- ✓ O crédito fiscal de subvenção para investimento apurado e informado à RFB poderá ser objeto de:
 - (i) compensação com débitos próprios, vincendos ou vencidos, relativos a tributos administrados pela RFB, observada a legislação específica; ou
 - (i) ressarcimento em dinheiro.

Nota: No ressarcimento ou na compensação de crédito fiscal decorrente de subvenção, não haverá incidência dos juros compensatórios (IN RFB 2.055, de 6.12.2021, com redação dada pela IN RFB 2.214, de 02.09.2024).

39

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CREDITO FISCAL DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO - UTILIZAÇÃO

Pedido de Ressarcimento

- ✓ O pedido de ressarcimento e a declaração de compensação devem ser efetuados mediante a utilização: (i) do programa PER/DCOMP; ou (ii) do formulário Pedido de Restituição ou de Ressarcimento ou do formulário Declaração de Compensação, constantes do Anexo I e do Anexo IV, respectivamente da IN RFB 2.055, de 6.12.2021.
- ✓ O referido pedido de ressarcimento e a declaração de compensação relativos ao crédito fiscal serão recepcionados **após a apuração do crédito fiscal na ECF** relativa ao período de apuração de reconhecimento das receitas de subvenção para fins de tributação.
- ✓ Na hipótese de o crédito fiscal não ter sido objeto de compensação, a RFB efetuará o seu ressarcimento no vigésimo quarto mês, contado da data do pedido de ressarcimento original.

40

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

TRIBUTAÇÃO DAS RECEITAS DE SUBVENÇÃO

- ✓ As receitas de subvenção não serão computadas na base de cálculo da estimativa mensal para fins do IRPJ e da CSLL **e deverão ser tributadas no AJUSTE ANUAL;**
- ✓ O valor do crédito fiscal não será computado na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para COFINS.

TRATAMENTO DOS DÉBITOS ANTERIORES – OBJETO DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA ESPECIAL

- ✓ Os débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa da União, apurados em virtude de exclusões em desacordo com o art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, **serão objeto de transação tributária especial** em razão da disseminação de casos controvertidos no contencioso administrativo e judicial que envolva o assunto (Artigos 13 e 14).
- ✓ A Instrução Normativa RFB 2.184, de 02.04.2024, dispõe sobre a autorregularização incentivada de débitos tributários apurados em decorrência de exclusões efetuadas em desacordo com o art. 30 da Lei 12.973, de 13.05.2014.

41

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

SUBVENÇÕES REGISTRADAS EM RESERVA ATÉ 31.12.2023

- ✓ Os valores registrados na reserva a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, em razão da aplicação do disposto no art. 30 da Lei nº 12.973, de 13.05.2014, ou no § 2º do art. 38 do Decreto- Lei nº 1.598, de 26.12.1977, somente poderão ser utilizados para absorção de prejuízos e aumento do capital social. O artigo 16 traz o regramento relativo às reservas de subvenções constituídas até 31.12.2023.

INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS - CONCEDIDOS POR LEI ESPECÍFICA

- ✓ Conforme disposição contida no Art. 17, o disposto nesta Lei não impedirá a fruição de incentivos fiscais federais relativos ao IRPJ, à CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à COFINS, concedidos por lei específica, **inclusive os benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus e às áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.**

42

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CRÉDITO FISCAL DAS SUBVENÇÕES NA ECF

- ✓ Linha 3.01.01.05.01.12 - Doações e Subvenções para custeio ou operações
- ✓ Linha 3.01.01.05.01.13 - Doações e Subvenções para investimentos
- ✓ **Linha 3.01.01.05.01.47- Doações e Subvenções para investimento habilitadas para crédito fiscal de IRPJ**

REGISTRO - L300

Registro L300 - Demonstração Do Resultado Líquido no Período Fiscal

LF2



Anual

Janeiro

Fevereiro

Março

Abril

Maior

Junho

Julho

Agosto

Setembro

Outubro

Novembro

Dezembro

Pesquisar

M

Código	Descrição	Tipo	Nível	Valor	D/C	✓
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	S	1	0,00	C	
3.01	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL - ATIVIDADE GERAL	S	2	0,00	C	
3.01.01	RESULTADO OPERACIONAL	S	3	0,00	C	
3.01.01.05.01....	Doações e Subvenções para Custeio ou Operações	A	6	0,00	C	
3.01.01.05.01....	Doações e Subvenções para Investimentos	A	6	0,00	C	
3.01.01.05.01....	Doações e Subvenções para investimentos Habilitadas para Crédito Fiscal de IRPJ	A	6	0,00	C	
3.01.01.05.01....	Outras Receitas Operacionais	A	6	0,00	C	

43

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – A PARTIR DE 1.01.2024

Lei 14.789, de 29.12.2023

CRÉDITO FISCAL DAS SUBVENÇÕES NA ECF

Registro N630, linha 29 - Crédito Fiscal do IRPJ - MP 1.185/2023

REGISTRO - N630

Registro N630 - Apuração Do IRPJ Com Base no Lucro Real



29	Crédito Fiscal de IRPJ - MP nº 1.185/2023	0,00
----	---	------

44



ASPECTOS RELEVANTES DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

EMENDA CONSTITUCIONAL 132, DE 2023

Emenda constitucional 132, de 2023

- ✓ A Emenda Constitucional Nº 132, promulgada em 20.12.2023 representa um marco histórico na legislação tributária brasileira. Esta emenda, fruto de intensas discussões e debates ao longo dos anos, traz significativas alterações ao Sistema Tributário Nacional, com o objetivo de modernizar, simplificar e tornar mais justa a estrutura tributária do país. A referida emenda determinou a criação de novos tributos, sendo estes o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), em substituição aos atuais tributos sobre o consumo.
- ✓ Destaca-se, que além dos princípios básicos da CF, a EC 132/2023 determinou que o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da **simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente**.
- ✓ A EC 132/2023, ainda vedou a possibilidade de que as Unidades Federativas possam criar regras próprias de concessão de isenções, incentivos ou benefícios, inclusive de redução de base de cálculo ou crédito presumido, exceto aqueles previstos na Constituição Federal.

EMENDA CONSTITUCIONAL 132, DE 2023

Emenda constitucional 132, de 2023

Princípio da Neutralidade

- ✓ A Emenda Constitucional nº 132/2023, em seu artigo 156-A, § 1º, determinou que IBS e a CBS, devem observar o princípio da neutralidade, que passou a integrar expressamente as limitações ao poder de tributar.
- ✓ O princípio da neutralidade na tributação propõe que o sistema tributário deve interferir o mínimo possível nas decisões econômicas dos agentes, ou seja, os tributos não devem distorcer as escolhas de consumo, poupança, investimento ou produção, devendo criar um ambiente onde as decisões negociais sejam tomadas com base em considerações puramente econômicas e não em incentivos fiscais.
- ✓ Ou seja, serviços e atividades econômicas similares devem ser tributados de forma equivalente, de modo a evitar a criação de vantagens ou desvantagens injustas entre diferentes setores ou tipos de atividades econômicas.

ATUAL SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

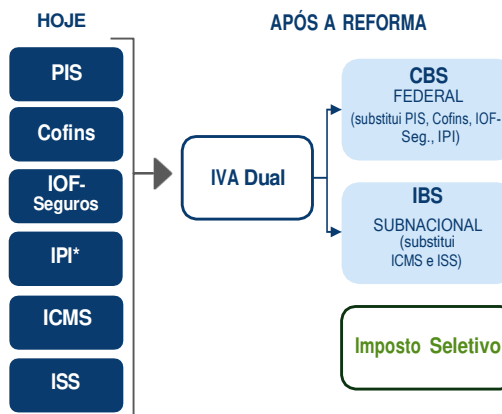
Atual sistema tributário brasileiro

- ✓ Base fragmentada e imperfeita;
- ✓ Cumulatividade;
- ✓ Complexidade;
- ✓ Guerra fiscal entre os entes;
- ✓ Falta de transparência; e
- ✓ Elevado grau de litigiosidade e insegurança jurídica.

Contextualização | REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

A Reforma Tributária substitui 6 tributos - PIS, Cofins, IOF-Seguros, IPI*, ICMS e ISS - por um IVA Dual de padrão internacional, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional (de estados e municípios). Cria o Imposto Seletivo, de caráter regulatório, para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Fonte:



* O IPI será mantido para 5% dos produtos hoje alcançados e será extinto no mesmo prazo da ZFM.

Lei Geral | ESTIMATIVA DE ALÍQUOTAS

O Ministério da Fazenda atualizou a estimativa das alíquotas do IBS e da CBS, considerando as definições constantes do PLP 68/2024 - Lei Geral do IBS, da CBS e do IS:

CBS	IBS
8,8%	17,7%
TOTAL	
26,5%	

Fonte:



Na data da edição da LC 214, de 15.01.2025 - A Estimativa divulgada foi alíquota de 28%

REFORMA TRIBUTÁRIA

União



Fonte: Projeto Piloto RFB

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Principais características

- ✓ Base de incidência ampla - operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, e serviços;
- ✓ IBS e CBS terão administração separada, entretanto, com regras harmônicas entre si, lei complementar única, com os mesmos:

(i) Fatos geradores,	(v) Imunidades,
(ii) Bases de cálculo,	(vi) Regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, e
(iii) Hipóteses de não incidência,	(vii) regras de não cumulatividade e de crédito;
(iv) Sujeitos passivos,	

- ✓ Não cumulatividade plena, compensando-se o tributo cobrado em todas as aquisições; independentemente do recolhimento da CBS e IBS pelo fornecedor e em prazo a ser definido em lei complementar, salvo os de uso ou consumo pessoal;
- ✓ Desoneração das exportações, assegurada a manutenção dos créditos;
- ✓ Legislação única aplicável em todo o território nacional;

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

Principais características

- ✓ Tributação no destino, onde está o comprador dos bens ou serviços;
- ✓ Cálculo por fora, com o IBS e a CBS não integrando suas próprias bases de cálculo, nem de outros tributos (IS, ICMS, ISS, PIS e a COFINS);
- ✓ Fim de Incentivos - IBS e CBS não serão objeto de concessão de incentivos, benefícios fiscais ou regimes especiais, específicos, diferenciados ou favorecidos, exceto os previstos na Constituição descritos na LC 214, 16.01.2025;
- ✓ Cesta Básica - Reduzidas a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre as vendas de produtos destinados à alimentação humana relacionados no Anexo I da LC 214, de 2025, que compõem a Cesta Básica Nacional de Alimentos;
- ✓ Incidência sobre Importações - As mercadorias e serviços importados, inclusive digitais, tem a mesma tributação aplicável aos nacionais

HIPÓTESES DE INCIDENCIA DO IBS E DA CBS

Artigos 4º e 5º da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA DO IBS E DA CBS

- ✓ O IBS e a CBS incidem sobre qualquer operação com bem ou com serviço realizada pelo contribuinte, incluindo aquelas realizadas com ativo não circulante ou no exercício de atividade econômica não habitual, exceto aqueles bens que não estejam relacionados ao desenvolvimento de atividade econômica por pessoa física caracterizada como contribuinte do regime regular serão consideradas de uso ou consumo pessoal;
- ✓ Incidem sobre operações onerosas com bens (todas e quaisquer operações que envolvam bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, inclusive direitos) ou com serviços (todas as demais que não sejam enquadradas como operações com bens), observado que as operações não onerosas com bens ou com serviços serão tributadas nas hipóteses expressamente previstas na LC 214, de 16.01.2025.

HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA DO IBS E DA CBS

Operações Onerosas

Considera-se operação onerosa com bens ou com serviços qualquer fornecimento com contraprestação, incluindo o decorrente de:

(i)	compra e venda , troca ou permuta, dação em pagamento e demais espécies de alienação;
(ii)	locação ;
(iii)	licenciamento, concessão, cessão;
(iv)	mútuo oneroso;
(v)	doação com contraprestação em benefício do doador;
(vi)	instituição onerosa de direitos reais;
(vii)	arrendamento , inclusive mercantil; e
(viii)	prestação de serviços.

Artigo 4º, da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA DO IBS E DA CBS

Operações não Onerosas

O IBS e a CBS também incidem sobre as seguintes operações:

- ✓ fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços: **(Nova redação dada ao inciso I pela LC 227/2026, Incluindo as alíneas “a”, “b” e “c” + §§ 8º a 10);**
 - ✓ fornecimento de brindes e bonificações, **exceto com relação às bonificações** que constem do respectivo documento fiscal e que não dependam de evento posterior;
 - ✓ transmissão, pelo contribuinte, para sócio ou acionista que não seja contribuinte no regime regular, por devolução de capital, dividendos *in natura* ou de outra forma, de bens cuja aquisição tenham permitido a apropriação de créditos pelo contribuinte, inclusive na produção; e
 - ✓ demais fornecimentos não onerosos ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços por contribuinte a parte relacionada (§§ 2º ao 7º do art. 5º LC 214/2025).
- ✓ Nota: A incidência **aplica-se ao bem dado em bonificação** sujeito a alíquota específica por unidade de medida.

Artigo 5º, da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

CONTRIBUINTE DO IBS E DA CBS

CONTRIBUINTE DO IBS E DA CBS

CONTRIBUINTE

O artigo 21 da LC 214, de 2025 estabelece quem é contribuinte do IBS e da CBS:

- **O FORNECEDOR** que realizar operações: (i) no desenvolvimento de atividade econômica; (ii) de modo habitual ou em volume que caracterize atividade econômica; ou (iii) de forma profissional, ainda que a profissão não seja regulamentada;
- **O ADQUIRENTE**, na aquisição de bem apreendido ou abandonado, em licitação promovida pelo poder público; ou em leilão judicial;
- **O IMPORTADOR** nas importações de bens ou serviços do exterior.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DO IBS E DA CBS

- ✓ O contribuinte regular é obrigado a se inscrever nos cadastros relativos ao IBS e à CBS.
- ✓ O regulamento também poderá exigir inscrição nos cadastros relativos ao IBS e à CBS dos responsáveis pelo cumprimento de obrigações principais ou acessórias previstas na LC 214, de 2025.

NÃO CONTRIBUINTES DO IBS E DA CBS

Artigo 26, LC 214, de 2025

NÃO CONTRIBUINTES DO IBS E DA CBS

Não são contribuintes do IBS e da CBS, ressalvado a incidência sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços:

Condomínio edilício

- | | | |
|---|---|---|
| 1 | ✓ | Caso o condomínio edilício exerça a opção pelo regime regular, o IBS e a CBS incidirão sobre todas as taxas e demais valores cobrados pelo condomínio dos seus condôminos e de terceiros; e |
| | ✓ | Na hipótese de não exercer a opção pelo regime regular e desde que as taxas e demais valores condominiais cobrados de seus condôminos representem menos de 80% da receita total do condomínio: (i) ficará sujeito à incidência do IBS e da CBS sobre as operações com bens e com serviços que realizar; e (ii) apropriará créditos na proporção da receita decorrente das operações tributadas, em relação à receita total do condomínio. |

Consórcio

- | | | |
|---|---|---|
| 2 | ✓ | Caso o consórcio de que trata o art. 278 da Lei 6.404, de 1976 não exerça a opção pelo regime regular, os consorciados ficarão obrigados ao pagamento do IBS e da CBS quanto às operações realizadas pelo consórcio, proporcionalmente às suas participações. |
|---|---|---|

Artigo 26, Lei Complementar 214, de 2025

NÃO CONTRIBUINTES DO IBS E DA CBS

Não são contribuintes do IBS e da CBS, ressalvado a incidência sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços:

SCP

- | | | |
|---|---|---|
| 3 | ✓ | Na hipótese de a sociedade em conta de participação não exercer a opção pelo regime regular, o sócio ostensivo ficará obrigado ao pagamento do IBS e da CBS quanto às operações realizadas pela sociedade, vedada a exclusão de valores devidos a sócios participantes. |
|---|---|---|

Nanoempreendedor

- | | | |
|---|---|--|
| 4 | ✓ | Poderá optar pelo regime regular do IBS e da CBS. Cabe destacar que, considera-se nanoempreendedor a pessoa física que tenha auferido receita bruta inferior a 50% do limite estabelecido para adesão ao regime do MEI, e não tenha aderido a esse regime. |
|---|---|--|

Artigo 26, Lei Complementar 214, de 2025

NÃO CONTRIBUINTES DO IBS E DA CBS

Não são contribuintes do IBS e da CBS, ressalvado a incidência sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços:

Fundos de investimento

5	✓ Não são contribuintes, observadas as disposições contidas nos §§ 5ºA e 5ºB do art. 26 da LC 214, de 2025;
	✓ Os FII e os Fiagro poderão optar a qualquer momento, pelo regime regular do IBS e da CBS;
	✓ São contribuintes no regime regular, os fundos descritos no art. 6ºA (FII, Fiagro e FIDC e os demais fundos de investimentos que liquidem antecipadamente recebíveis).

Produtor rural e o Produtor integrado

6	✓ produtor rural pessoa física ou jurídica com receita inferior a R\$ 3,6 milhões no ano-calendário e o produtor rural integrado. Cabendo destacar que, o produtor rural poderá optar pelo regime regular do IBS e CBS, e que os efeitos da referida opção iniciam a partir do primeiro dia do mês subsequente.
---	---

Transportador autônomo

7	✓ transportador autônomo de carga. Observado que, o transportador poderá optar pelo regime regular do IBS e da CBS.
---	---

Artigo 26, Lei Complementar 214, de 2025

NÃO CONTRIBUINTES DO IBS E DA CBS

Não são contribuintes do IBS e da CBS, ressalvado a incidência sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços:

Entidade sem fins lucrativos - Área de saúde

8	✓ entidade ou unidade de natureza econômico-contábil, sem fins lucrativos que presta serviços de planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão. Observado que, essas entidades serão contribuintes do IBS e da CBS caso descumpram os requisitos previstos no art. 14 do CTN.
---	--

Entidades de previdência complementar fechada,

9	✓ entidades de previdência complementar fechada, observado que, serão contribuintes do IBS e da CBS caso descumpram os requisitos previstos no art. 14 do CTN,
---	--

Fundos patrimoniais

10	✓ fundos patrimoniais instituídos nos termos da Lei nº 13.800, de 04.01.2019. Essa lei autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras desses fundos
----	---

Artigo 26, Lei Complementar 214, de 2025



MODELO OPERACIONAL DO IBS E DA CBS

Plataforma eletrônica unificada

- ✓ O Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e a RFB atuarão de forma conjunta para implementar soluções integradas para a administração do IBS e da CBS, sem prejuízo das respectivas competências legais.
- ✓ O contribuinte acessará as informações da apuração e do pagamento do IBS e da CBS em plataforma eletrônica unificada, com gestão compartilhada entre o CGIBS e a RFB.
- ✓ A plataforma eletrônica unificada disponibilizará canal de atendimento ao contribuinte para resolução de problemas operacionais relacionados à apuração e pagamento do IBS e da CBS.

Artigo 58, Lei Complementar 214, de 16.01.2025

MODELO OPERACIONAL DO IBS E DA CBS

Plataforma eletrônica unificada

O modelo operacional do IBS e da CBS é o “coração” do sistema de tributação do valor adicionado, tendo como pilares:

I	Cadastro único do contribuinte em âmbito nacional (CPF, CNPJ ou CIB);
II	Apuração centralizada para a empresa, mesmo se houver filiais;
III	Plataforma eletrônica para apuração do IBS e da CBS unificada;
IV	Apuração automatizada, com base em NF-e, com opção de declaração pré-preenchida; e
V	Pagamento automatizado.

MODELO OPERACIONAL DO IBS E DA CBS

Cadastro com Identificação Única

As pessoas físicas e jurídicas e as entidades sem personalidade jurídica sujeitas ao IBS e à CBS são obrigadas a se registrar em cadastro com identificação única. Para esse fim, consideram-se os seguintes cadastros administrados pela RFB:

I	de pessoas físicas, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
II	de pessoas jurídicas e entidades sem personalidade jurídica, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e
III	de imóveis rurais e urbanos, o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

As informações cadastrais terão integração, sincronização, cooperação e compartilhamento obrigatório e tempestivo em ambiente nacional de dados entre as administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais.

As administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais poderão tratar dados complementares e atributos específicos para gestão fiscal do IBS e da CBS.

Artigo 59, Lei Complementar 214, de 16.01.2025

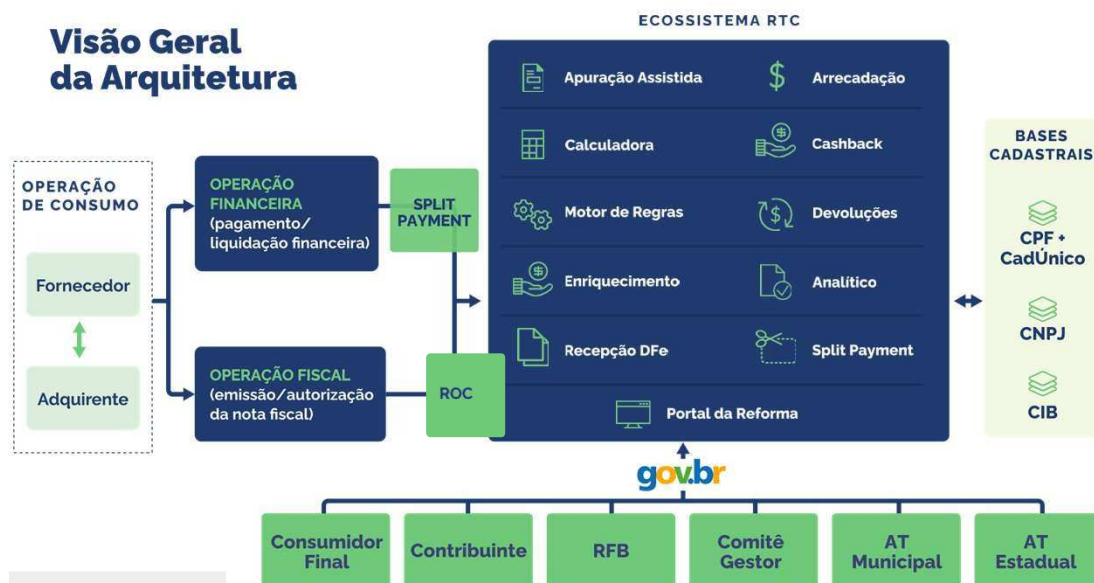
MODELO OPERACIONAL DO IBS E DA CBS

Domicílio Tributário Eletrônico (DTE)

- ✓ O Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) será unificado e obrigatório para todas as entidades e demais pessoas jurídicas sujeitas à inscrição no CNPJ.
- ✓ As intimações dos atos do processo serão realizadas por meio de DTE, inclusive em se tratando de intimação de procurador.
- ✓ A intimação efetuada por meio de DTE considera-se pessoal, para todos os efeitos legais.
- ✓ A RFB e o Comitê Gestor do IBS poderão estabelecer sistema de comunicação eletrônica, com governança compartilhada, a ser atribuído como DTE, que será utilizado pela RFB e pelas administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de notificação, intimação ou avisos previstos nas legislações da CBS e do IBS.

§ 5º, artigo 59 e artigos 332 e 333 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

Visão Geral da Arquitetura



PILARES

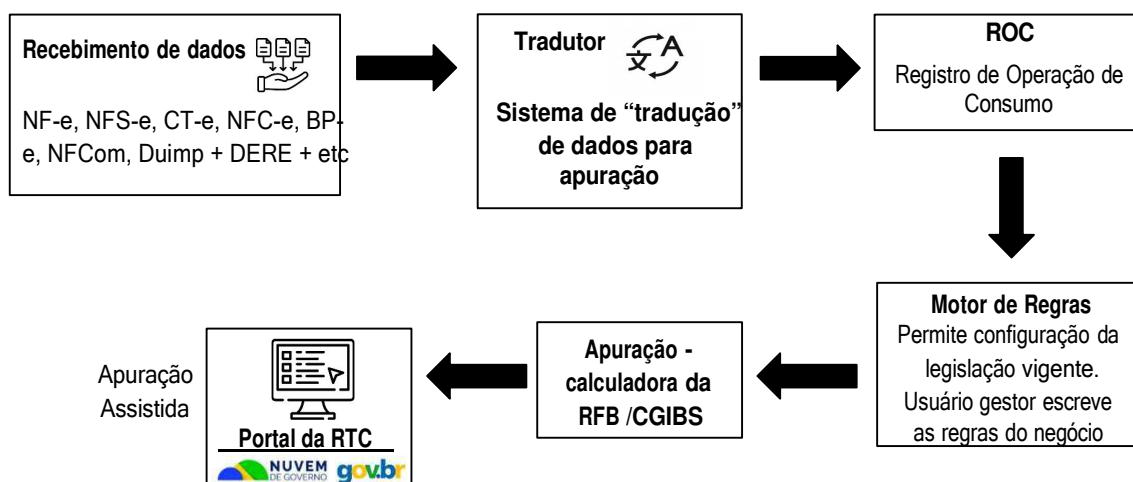
ROC

NF-e	BP-e
NFS-e	NFCom
CT-e	Duimp
NFC-e	Dere
NF3-e	Demais



Fonte: Projeto Piloto RFB

ECOSISTEMA RTC





REGIMES DE APURAÇÃO DO IBS E DA CBS

REGIME REGULAR

- Regime padrão que adota a não cumulatividade plena;

REGIME DIFERENCIADO

- Contempla reduções de alíquotas, isenções e créditos presumidos;

REGIME ESPECÍFICO

- Combustíveis, serviços financeiros, bens imóveis, bares e restaurantes, e outros

REGIME FAVORECIDO

- Simples Nacional, regime diferenciado, simplificado e favorecido com recolhimento unificado no DAS



CESTA BÁSICA NACIONAL

Alíquotas do IBS e da CBS reduzidas a zero - Produtos destinados alimentação humana - Anexo I da LC 214/2025

Alíquotas do IBS e da CBS reduzidas em 60% - Alimentos destinados ao consumo humano - Anexo VII da LC 214/2025

- ✓ A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, no art. 8º, criou a Cesta Básica Nacional de Alimentos, a ser composta por produtos destinados à alimentação humana, considerando a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantindo a alimentação saudável e nutricionalmente adequada, em observância ao direito social à alimentação, os quais terão as alíquotas do IBS e da CBS **reduzidas a zero**.
- ✓ No art. 9º, a Emenda também prevê a possibilidade de **redução em 60% para alimentos destinados ao consumo humano**, inclusive sucos naturais sem adição de açúcares e conservantes, assim como de redução a zero para produtos hortícolas, frutas e ovos. Fica evidente um traço característico dos alimentos previamente listados pelo Constituinte: todos correspondem a alimentos in natura ou minimamente processados, em linha com a diretriz definida para a Cesta Básica Nacional de Alimentos.

Artigo 125 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

CESTA BÁSICA NACIONAL

Regulamentação da Cesta Básica Nacional de Alimentos.

- ✓ A Cesta Básica Nacional de Alimentos foi regulamentada por meio dos artigos 125 e 126 da LC 214, de 16.01.2025, nos seguintes termos:
- ✓ Ficam reduzidas a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre as vendas de produtos destinados à alimentação humana relacionados no Anexo I desta Lei Complementar, com a especificação das respectivas classificações da NCM/SH, que compõem a Cesta Básica Nacional de Alimentos, criada nos termos do art. 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 2023.
- ✓ **Nota:** Cabe destacar, que o artigo 126 institui regimes diferenciados do IBS e da CBS. e, no artigo 128 traz as alíquotas reduzidas em 60% (Inciso VI - alimentos destinados ao consumo humano).

REGIMES DIFERENCIADOS



REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM 30%

Artigos 127 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

REGIMES DIFERENCIADOS DO IBS E DA CBS

LEI COMPLEMENTAR 214, DE 2025

Alíquotas Reduzidas em 30% - Art. 127

Sobre a prestação de serviços pelos seguintes profissionais, que exercerem atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística, submetidas à fiscalização por conselho profissional:

- ✓ I - administradores; II - advogados; III - arquitetos e urbanistas; IV - assistentes sociais; V - bibliotecários; VI - biólogos; VII - contabilistas; VIII - economistas; IX - economistas domésticos; X - profissionais de educação física; XI - engenheiros e agrônomos; XII - estatísticos; XIII - médicos veterinários e zootecnistas; XIV - museólogos; XV - químicos; XVI - profissionais de relações públicas; XVII - técnicos industriais; e XVIII - técnicos agrícolas.
- Desde que, observadas as restrições contidas no artigo 127.



REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM 60%

Alimentos Destinados ao Consumo Humano - sobre o fornecimento dos alimentos destinados ao consumo humano **relacionados no Anexo VII da LC 214, de 2025**, com a especificação das respectivas classificações da NCM/SH.

Produtos Agropecuários, Aquícolas, Pesqueiros, Florestais e Extrativistas Vegetais In Natura - sobre o fornecimento de produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais *in natura*.

Considera-se *in natura* o produto tal como se encontra na natureza, que não tenha sido submetido a nenhum processo de industrialização nem seja acondicionado em embalagem de apresentação, não perdendo essa condição o que apenas tiver sido submetido:

- (i) a secagem, limpeza, debulha de grãos ou descaroçamento; e
- (ii) a congelamento, resfriamento ou simples acondicionamento, quando esses procedimentos se destinem apenas ao transporte, ao armazenamento ou à exposição para venda.

Artigo 128, 135 e 137 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025



REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM 60% - INSUMOS AGROPECUÁRIOS E AQUÍCOLAS

- ✓ **Insumos Agropecuários e Aquícolas** - Ficam reduzidas em 60% as alíquotas do IBSe da CBS sobre o fornecimento dos insumos agropecuários e aquícolas **relacionados no Anexo IX** da LC 214, de 2025, com a especificação das respectivas classificações da NCM/SH e da NBS, observado que, somente se aplica aos produtos do referido anexo que, quando exigido, estejam registrados como insumos agropecuários ou aquícolas no órgão competente do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Artigo 138 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM 60% - INSUMOS AGROPECUÁRIOS E AQUÍCOLAS

DIFERIMENTO DO IBS E DA CBS

Fica diferido o recolhimento do IBS e da CBS incidentes nas seguintes operações com insumos agropecuários e aquícolas:

(i) **fornecimento** realizado por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS para:

- (a) contribuinte sujeito ao regime regular; e
- (b) produtor rural **não contribuinte** do IBS e da CBS que utilize os insumos na produção de bem vendido para adquirentes que têm direito à apropriação dos créditos presumidos; e

(ii) **importação realizada por:**

- (a) contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS; e
- (b) produtor rural não contribuinte que utilize os insumos na produção de bem vendido para adquirentes que têm direito à apropriação dos créditos presumidos.

✓ **Nota:** O diferimento do IBS e da CBS do produtor rural não contribuinte do IBS e da CBS, somente será aplicado sobre a parcela de insumos utilizada por ele na produção de bem vendido para adquirentes que têm direito à apropriação dos créditos presumidos de que trata o artigo 168 da LC 214, de 2025

REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM 60% - INSUMOS AGROPECUÁRIOS E AQUÍCOLAS

ENCERRAMENTO DO DIFERIMENTO

Nas hipóteses de fornecimento ou importação realizado por contribuinte sujeito ao regime regular para contribuinte também sujeito ao regime regular, o diferimento será encerrado caso:

- (i) o fornecimento do insumo agropecuário e aquícola, ou do produto deles resultante:
 - (a) não esteja alcançado pelo diferimento; ou
 - (b) seja isento, não tributado, inclusive em razão de suspensão do pagamento, ou sujeito à alíquota zero; ou
- (ii) a operação seja realizada sem emissão do documento fiscal.

✓ O recolhimento do IBS e da CBS **relativos ao diferimento** será efetuado pelo contribuinte que promover a operação que encerrar a fase do diferimento, ainda que não tributada.

REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS EM 60% - INSUMOS AGROPECUÁRIOS E AQUÍCOLAS

ENCERRAMENTO DO DIFERIMENTO

- ✓ Na hipótese de o fornecimento ser isento, não tributado, inclusive em razão de suspensão do pagamento, ou sujeito à alíquota zero, fica dispensado o recolhimento do IBS e da CBS caso seja permitida a apropriação de crédito, nos termos previstos nos artigos 47 a 56 da LC 214, de 2025.
- ✓ No caso do **produtor rural não contribuinte** que utilize os insumos na produção de bem vendido para adquirentes que têm direito à apropriação dos créditos presumidos, o diferimento será encerrado mediante a redução do valor dos créditos presumidos de IBS e CBS de que trata o artigo 168 da LC 214, DE 2025.

REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO PRODUTOS HORTÍCOLAS, FRUTAS E OVOS

Artigo 148 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025

REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO

Produtos Hortícolas, Frutas e Ovos

- ✓ Ficam reduzidas a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre o fornecimento dos produtos hortícolas, frutas e ovos **relacionados no Anexo XV da LC 214, de 2025**, com a especificação das respectivas classificações da NCM/SH.
- ✓ Os produtos hortícolas, frutas e ovos relacionados no Anexo XV da LC 214, de 2025, observadas as regras de classificação da NCM/SH, podem apresentar-se inteiros, cortados em fatias ou em pedaços, ralados, torneados, descascados, desfolhados, lavados, higienizados, embalados, frescos, resfriados ou congelados, mesmo que misturados.

Artigo 148 da Lei Complementar 214, de 16.01.2025



REGIMES ESPECÍFICOS DE IBS E DA CBS

LEI COMPLEMENTAR 214, DE 2025

- ✓ Combustíveis e lubrificantes;
- ✓ Serviços financeiros;
- ✓ Planos de assistência a saúde;
- ✓ Concursos de prognósticos;
- ✓ Bens imóveis;
- ✓ Sociedades cooperativas;
- ✓ Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros Rodoviário Intermunicipal e Interestadual, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo Regional e do Transporte de Carga Aéreo Regional;
- ✓ Serviços de hotelaria, bares, restaurantes, parques de diversão e parques temáticos e agências de turismo;
- ✓ Sociedade Anônima do Futebol - SAF;
- ✓ Missões diplomáticas, repartições consulares e operações alcançadas por tratado internacional.

91



OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS

OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS

- ✓ O regime específico aplicável às operações envolvendo bens imóveis - que compreende a construção, a incorporação imobiliária, o parcelamento do solo, **a alienação, a locação, o arrendamento**, bem como a administração e a intermediação imobiliária - constitui disciplina própria dentro do sistema do IBS e da CBS.
- ✓ Nos termos do artigo 156-A, § 6º, inciso II, combinado com o artigo 195, § 16, da Constituição Federal de 1988, admite-se que a Lei Complementar estabeleça alíquotas diferenciadas, regras especiais de creditamento e critérios específicos de determinação da base de cálculo, em relação ao regime geral aplicável aos demais contribuintes do IBS e da CBS.
- ✓ Cumpre ressaltar que o regime regular do IBS e da CBS abrange não apenas as operações submetidas às regras gerais de incidência, mas também aquelas alcançadas por regimes diferenciados ou específicos, incluindo as situações em que optantes do Simples Nacional e do MEI aderirem à sistemática prevista na Lei Complementar nº 214/2025, nas hipóteses em que a opção for admitida.

OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS

Pessoas físicas que realizarem operações com bens imóveis

As pessoas físicas que realizarem operações com bens imóveis **serão consideradas contribuintes do regime regular** do IBS e da CBS e sujeitas a este regime específico aplicável a bens imóveis, nos casos de:

- I **locação, cessão onerosa e arrendamento de bem imóvel**, desde que, no ano-calendário anterior: (a) a receita total com estas operações exceda R\$ 240.000; e (b) tenham por objeto mais de 3 bens imóveis distintos;
- II **alienação ou cessão de direitos de bem imóvel**, desde que tenham por objeto mais de 3 imóveis distintos no ano-calendário anterior, e que esteja no patrimônio do contribuinte há menos de 5 anos contados da data de sua aquisição;
- III **alienação ou cessão de direitos**, no ano-calendário anterior, alienação ou cessão de mais de 1 bem imóvel construído pelo próprio alienante nos 5 anos anteriores à data da alienação.

- ✓ O valor do limite será atualizado mensalmente pelo IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo.

Artigo 251 da Lei complementar 214, de 16.01.2025

OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS

Pessoas físicas que realizarem operações com bens imóveis

Também será considerada contribuinte do regime regular do IBS e da CBS **no próprio ano calendário**, a pessoa física, em relação às seguintes operações:

- I a alienação ou cessão de direitos de imóveis que tenham por objeto mais de 3 imóveis distintos, ou alienação/cessão de direitos de mais de 1 bem imóvel construído pelo próprio alienante nos 5 anos anteriores à data da alienação.
 - II a locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel em valor que exceda em 20% o limite previsto, ou seja, que exceda a R\$ 288.000,00
- ✓ No caso de bem imóvel recebido por meação, doação ou herança, os imóveis relativos às operações devem estar no patrimônio do contribuinte há menos de 5 anos contados da data de sua aquisição. Este prazo será contado desde a aquisição pelo cônjuge meeiro, *de cujus* ou pelo doador.

Artigo 251 da Lei complementar 214, de 16.01.2025

OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS

Notas: Esclarecimentos adicionais

- ✓ **A redução de alíquotas é relevante:** por regra, as alíquotas no regime específico são reduzidas em **50%**, mas para locação, cessão onerosa e arrendamento a redução é de **70%**.
- ✓ O **redutor de ajuste** (art. 257 e 258) permite deduzir da base de cálculo na alienação de imóveis para suavizar o impacto tributário.
- ✓ O **redutor social** (art. 259) aplica-se especialmente para imóveis residenciais novos ou lotes residenciais, com valores fixos dedutíveis (ex: R\$ 100.000 para imóvel residencial novo).
- ✓ Para **incorporação imobiliária**, a lei prevê que cada “unidade imobiliária” (terreno, lote, unidade construída etc.) é considerada separadamente para apuração do IBS/CBS.
- ✓ O artigo 270 trata da apuração por centro de custo: cada obra de construção civil, incorporação ou parcelamento deve ter apuração vinculada a um **CNPJ ou CPF** específico.

ARRENDAMENTO



EXEMPLO 1 – JOSÉ (NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE IBS E CBS)

Arrendamento de 2 imóveis rurais com recebimento de R\$ 220 mil por ano. Não há incidência, visto que se enquadrou nos limites. (de R\$ 240 mil por ano e de até 3 imóveis).



EXEMPLO 2 – MANUEL (HÁ INCIDÊNCIA DE IBS E CBS)

Arrendamento de 5 imóveis rurais com recebimento de R\$ 380 mil por ano. Há incidência visto que ultrapassa os limites. (de R\$ 240 mil por ano e mais de 3 imóveis).



EXEMPLO 3 – ANA (NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE IBS E CBS)

Arrendamento de 1 imóvel rural com recebimento de R\$ 340 mil por ano. Não há incidência, visto que a receita total é superior ao limite, entretanto trata-se de menos de 3 imóveis. Assim não há incidência.

ARRENDAMENTO NO VALOR DE R\$ 380.000,00

CÁLCULO DA IBS E DA CBS A PAGAR

COMPONENTES	ALÍQUOTA PADRÃO	REDUÇÃO DE 70%	IBS/CBS A PAGAR
CBS	8,70%	2,61%	9.918,00
IBS	19,30%	5,79%	22.002,00
TOTAIS	28,00%	8,40%	31.920,00

OPÇÃO PELO REGIME DE TRANSIÇÃO ALTERNATIVO - ARTIGO 487 - LC 214/2025	RECEITA RECEBIDA
➤ PAGAMENTO COM BASE NA RECEITA BRUTA	3,65%

COMODATO – PONTO DE ATENÇÃO

Decreto 9580, de 2018 (RIR)

Art. 41. São tributáveis os rendimentos decorrentes da ocupação, do uso ou da exploração de bens corpóreos, tais como:

(...)

§ 1º Na hipótese de imóvel cedido gratuitamente, constitui rendimento tributável na declaração de ajuste anual o equivalente a dez por cento do seu valor venal, ou do valor constante da guia do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU correspondente ao ano-calendário da declaração, ressalvado o disposto na alínea "b" do inciso VII do caput do art. 35 (Lei nº 4.506, de 1964, art. 23, **caput**, inciso VI).

Art. 35. São isentos ou não tributáveis:

VII - os seguintes rendimentos diversos:

(...)

b) o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau. - Em complemento vide - artigos 11 e 76 da IN RFB 1500, de 29.10.2014.



ECD E AUTENTICAÇÃO DE LIVROS

ECD E AUTENTICAÇÃO DE LIVROS

- ☐ Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007;
- ☐ Decreto 9.555, de 2018, Dispõe s/ autenticação de livros de PJ não sujeitas ao registro do comércio;
- ☐ Decreto 8.683, de 2016, que altera o Decreto 1.800, de 1996;
- ☐ IN RFB 2003, de 18.01.2021;
- ☐ ITG 2000 (R1) - Escrituração contábil;
- ☐ CTG 2001 (R3) - Define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);
- ☐ Comunicado Técnico IBRACON - CT 02/2017;
- ☐ CTSC 03 - Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados referentes ao Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD; e
- ☐ Auditor Independente.

101

ECD - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

Prazos de apresentação

A ECD deve ser transmitida ao SPED até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora, observados os seguintes prazos:

- (i) se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD **deve ser entregue até o último útil do mês de junho do mesmo ano**; ou
- (i) se o evento ocorrer no período compreendido entre junho e dezembro, a ECD **deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento**.

Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, **não se aplica à incorporadora** nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Nota: Ficou mantido o leiaute 9 da ECD, atualizado pelo ADE COFIS 1, DE 08.01.2026.

102



ECF – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

ECF - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

Manual de
Orientação do
Leiaute 12 – ECF
Disponível no site
RFB/SPED

Capítulo I
Informações Gerais

Capítulo II
Dados Técnicos

Capítulo III
Regras de Validação

Capítulo IV
Blocos e Registros

Anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofis nº 02/2026

104

ECF - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL

Prazos de Apresentação

A ECF será transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira.

Hipótese de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação

Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECF deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras, observados os seguintes prazos:

- (i) **se o evento ocorrer** no período compreendido **entre janeiro a abril**, a ECF deve ser entregue até o último dia útil do mês de julho do mesmo ano; e
- (ii) **se o evento ocorrer** no período compreendido **entre maio a dezembro**, a ECF deve ser entregue até o último dia útil do 3º mês subsequente ao do evento.

Na hipótese de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, não se aplica a obrigatoriedade de entrega da ECF à incorporadora, nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Nota: Encontra-se em vigor o manual do leiaute 12 da ECF, anexo ao ADE COFIS 2, de 03.02.2026.

105



RECEITAS

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

NBC TG 1001 - Seção 23 - Pequenas Empresas

- ✓ Em vigência nos exercícios sociais iniciados a partir de 1º.01.2023;
- ✓ Aplicável a entidades com finalidade de lucro, com receita bruta acima de R\$ 4.800.000,00 por ano, e inferior a R\$ 78.000.000,00;
- ✓ Esta seção deve ser aplicada na contabilização de receitas originadas dos seguintes eventos e transações: (a) venda de produtos, ou revenda; (b) prestação de serviços; (c) contratos de construção; e juros, *royalties*, dividendos (ou outra forma de distribuição de resultado). **Reconhecimento** detalhado nos itens 23.3 a 23.10.

Mensuração da receita

- ✓ A entidade deve mensurar a receita líquida pelo valor de mercado da contraprestação recebida ou a receber, o que desconsidera o valor de qualquer desconto comercial, desconto financeiro por pagamento antecipado a terceiros, descontos e abatimentos por volume concedidos pela entidade, tributos sobre receitas e sobre o valor adicionado. A entidade registra a receita bruta e essas deduções, mas divulga somente a receita líquida.

107

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

NBC TG 1002 - Seção 23 - Microentidades

- ✓ Em vigência nos exercícios sociais iniciados a partir de 1º.01.2023;
- ✓ Aplicável a entidades com finalidade de lucro, com receita bruta de até R\$ 4.800.000,00;
- ✓ Esta seção deve ser aplicada na contabilização de receitas originadas dos seguintes eventos e transações: (a) venda de estoques (sejam produzidos com o propósito de venda ou comprados para revenda); (b) prestação de serviços; (c) juros, *royalties*, dividendos (ou outra forma de distribuição de resultado). **Reconhecimento** detalhado nos itens 23.4 a 23.6.

Mensuração da receita

- ✓ A microentidade deve mensurar a receita bruta pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, e como deduções o valor de desconto comercial, desconto financeiro por pagamento antecipado a terceiros, desconto e abatimento por volume concedido pela microentidade, e tributos sobre vendas ou sobre o valor adicionado.
- ✓ Expediente prático - O mais comum é a microentidade atender aos requisitos desta seção contabilizando a receita conforme a emissão da nota fiscal.

108

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

CPC (PME) – PEQUENAS EMPRESAS - NBC TG 1.000 (R1) - Seção 23 Receitas

Esta seção deve ser aplicada na contabilização de receitas originadas das seguintes transações e eventos:

- a) venda de produtos (sejam produzidos pela empresa com o propósito de venda ou comprados para revenda);
- b) prestação de serviços;
- c) contratos de construção nos quais a empresa é o empreiteiro;
- d) uso por outros dos ativos da empresa rendendo juros, *royalties* ou dividendos (ou outra forma de distribuição de resultado).

109

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

CPC (PME) - PEQUENAS EMPRESAS - NBC TG 1.000 (R1) - Seção 23 Receitas

Venda de produtos

A entidade deve reconhecer a receita originada na venda de produtos quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos;
- b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos;
- c) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- d) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- e) os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação podem ser mensurados de forma confiável.

110

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

CPC (PME) – PEQUENAS EMPRESAS - NBC TG 1.000 (R1) - Seção 23 Receitas

Prestação de serviços

Quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimada de forma confiável, a entidade pode reconhecer a receita associada com a transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência (chamado algumas vezes como o método de percentagem completada). O resultado de transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;
- d) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

111

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

CPC (PME) - PEQUENAS EMPRESAS - NBC TG 1.000 (R1) - Seção 23 Receitas

Contrato de construção

Quando o resultado de contrato de construção pode ser estimado de forma confiável, a entidade deve reconhecer a receita e os custos associados com o contrato de construção como receita e despesas respectivamente, tendo por referência o estágio de execução da atividade contratual na data do balanço (muitas vezes referido como método de percentagem completada). Estimativa confiável do resultado requer estimativas confiáveis do estágio de conclusão, custos futuros e riscos de cobrança do faturamento.

112

RECEITAS - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

CPC 47 (FULL) - NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes

A NBC TG 47, define cinco etapas que devem ser observadas para identificação, reconhecimento e mensuração de receitas de contratos com clientes:

- ✓ 1ª Etapa Identificação de contrato com cliente;
- ✓ 2ª Etapa Identificação das obrigações contratuais de performance;
- ✓ 3ª Etapa Determinação do preço da transação;
- ✓ 4ª Etapa Alocação do valor do contrato nas obrigações de performance; e
- ✓ 5ª Etapa Reconhecimento da receita.

113

NOVOS MÉTODOS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

ADOÇÃO POR MEIO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

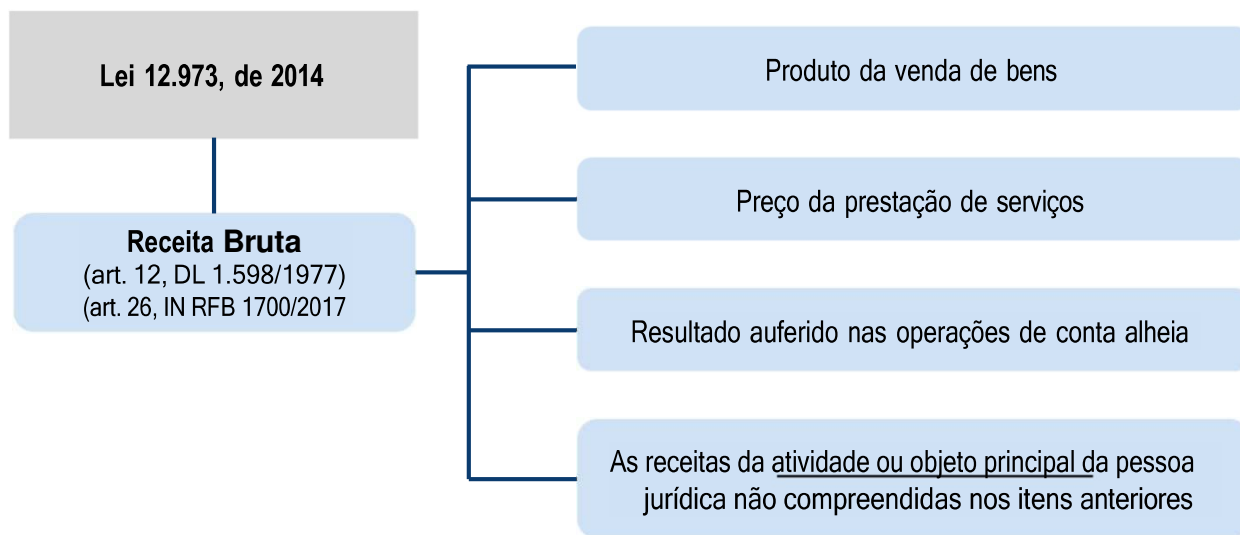
- ✓ A modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores a 12.11.2013, não terá implicação na apuração do imposto sobre a renda até que lei tributária regule a matéria.
- ✓ Cabe ressaltar, que para fins do disposto acima, compete à RFB, no âmbito de suas atribuições, identificar os atos administrativos e dispor sobre os procedimentos para anular os efeitos desses atos sobre a apuração dos tributos federais.
- ✓ A RFB editou a IN 1.753 em 30.10.2017, dispondo sobre os procedimentos para anular os efeitos dos atos administrativos emitidos com base em competência atribuída por lei comercial que contemplem modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis (O texto contempla os Ajustes vinculados ao CPC 47 em vigor a partir de 2018, CPC 06 alterações vigentes a partir de 2019, e outros). Destaca-se, que a IN RFB 1753/2017 foi alterada pela IN RFB 2.279, de 1º.09.2025, modificando a redação dos Anexos V e VI, e incluindo o Anexo VII.

Artigo 58 da Lei 12.973, de 13.05.2014

114

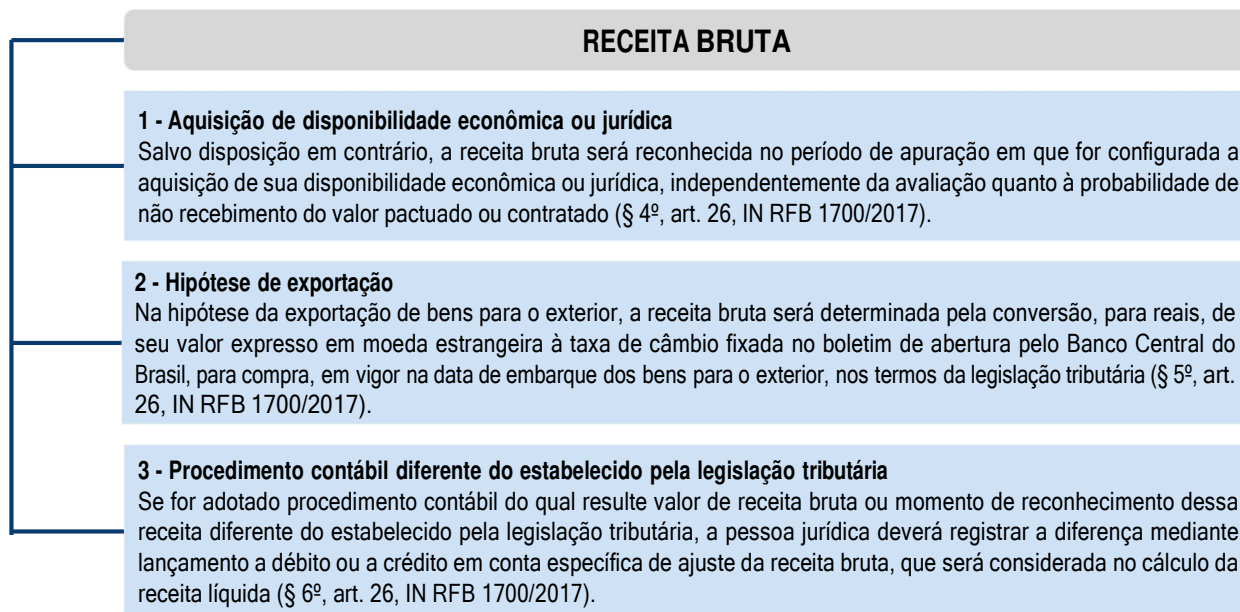
RECEITAS - DEFINIÇÃO FISCAL

Conceito Fiscal de Receita Bruta:



115

RECEITAS - DEFINIÇÃO FISCAL



116

RECEITAS - DEFINIÇÃO FISCAL

RECEITA BRUTA

4 - Ajuste da receita bruta

A conta de ajuste da receita bruta será analítica e registrará os lançamentos em último nível, devendo ser criada de acordo com a origem da diferença verificada ou, de forma alternativa, a pessoa jurídica poderá criar uma única conta, desde que mantenha detalhamento específico, por origem, dos valores nela registrados, que permita a identificação da operação da qual seja decorrente (§ 8º, art. 26, IN RFB 1700/2017).

5 - Procedimentos descritos no Anexo IV da IN RFB 1.753, de 2017

O disposto nos itens 3 e 4 acima, aplica-se, inclusive, aos procedimentos contábeis relacionados nos itens 1 a 3 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017, relativos ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Inciso II, § 10, art. 26, IN RFB 1700/2017).

117

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Regras para 2026

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

- ✓ **LUCRO REAL;**
- ✓ **LUCRO PRESUMIDO OU ARBITRADO;**
- ✓ **SIMPLES NACIONAL;**
- **RET – REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO**
 - Aplicável às incorporações imobiliárias

119

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO

- ✓ Opcional;
- ✓ Aplicável as incorporações imobiliárias;
- ✓ Instituído pela Lei 10.931/2004;
- ✓ Regulamentado inicialmente pela IN RFB 1.435, de 30.12.2013, a qual foi revogada pela IN RFB 2.179, de 05.03.2024 (alterada pelas INs RFB 2.199, de 28.06.2024, 2.243, de 30.12.2024 e 2.256, de 11.03.2025).

Artigos 486 a 495, do Decreto 9.580, RIR/2018

120

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO

- ✓ Regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias objeto de patrimônio de afetação, de que trata os artigos 1º a 11-A da Lei 10.931, de 2004 (artigos 1º a 20 da IN RFB 2179, de 2024);
- ✓ Pagamento mensal **equivalente a 4%** das receitas mensais recebidas, que corresponderá ao pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) -

RET - PMCMV

- ✓ Regime especial de tributação aplicável às construções de unidades habitacionais contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) - será **equivalente a 1%** das receitas mensais recebidas, que corresponderá ao pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (**até 21.06.2015** aplicável ao patrimônio afetado e ao prestador de serviços de construção).
- ✓ O regime descrito no parágrafo anterior, é aplicável às incorporadoras (§ 6º Art. 4º, Lei 10.931, de 2004) e às construtoras contratadas (Art. 2º, Lei 12.024, de 2009), **e vigorou até 31.12.2018**.
- ✓ Aplicável aos imóveis do PMCMV afetados ou não, percentual de 1%, a partir de 22.06.2015.

121

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – PMCMV – Lei 13.970, DE 26.12.2019 – REVIGORA REGIME

- ✓ A nova redação do § 6º, Art. 4º, Lei 10.931, de 2004, **estabelece que fica mantido** o regime para os projetos de incorporação de imóveis de interesse social, **desde que, até 31.12.2018**, a incorporação tenha sido registrada no cartório de imóveis ou tenha sido assinado o contrato de construção, e será aplicado até o recebimento integral das vendas de todas unidades.
- ✓ A nova redação do Art. 2º da Lei 12.024, de 2009, dispõe que a empresa construtora que tenha sido **contratada ou tenha obras iniciadas até 31.12.2018**, fica autorizada em caráter opcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos equivalente a 1% da receita bruta mensal do respectivo contrato de construção, até a sua extinção, e no caso de comercialização da unidade, até a quitação do preço do imóvel.

122

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – PMCMV - Lei 13.970, DE 26.12.2019 - NOVO REGIME A PARTIR DE 2020

A Lei 13.970, de 2019, incluiu no texto da Lei 12.024, de 2009 o Artigo 2ºA, que trata da construção e comercialização de imóveis no âmbito do PMCMV, da seguinte forma:

- ✓ a empresa construtora contratada, ou que tenha obras iniciadas para construir unidades habitacionais de valor de até R\$ 124.000,00, no âmbito do PMCMV (**Casa Verde Amarela**), fica autorizada, em caráter opcional efetuar o pagamento unificado de tributos equivalente a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de construção (**A partir de 1º de janeiro de 2020**); e
- ✓ caso a empresa construa unidades habitacionais para vendê-las prontas, o pagamento unificado de tributos será equivalente a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de alienação.
- ✓ Regulamentado pelos artigos 29 a 34 da IN RFB 2179, de 05.03.2024.

123

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – PMCMV - Lei 14.620, de 13.07.2023 – Novo Regime

A Lei 14.620, de 2023, **em vigor a partir de 14.07.2023**, incluiu no artigo 4º da Lei 10.931, de 2004, os parágrafos 8º, 9º e 10, os quais dispõem sobre a alíquota e outras condições aplicáveis ao RET no âmbito do PMCMV, nos seguintes termos:

§ 8º Para os projetos de construção e incorporação de imóveis residenciais de interesse social, o percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos de que trata o caput deste artigo será equivalente a 1% da receita mensal recebida, conforme regulamentação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Artigos 21 a 28 da IN RFB 2.179, de 05.03.2024).

Nota (1): Opção pelo RET - Incorporadoras (submetidas ao patrimônio de afetação) que atender condições, contidas nos incisos I à VIII do artigo 5º e do 21, IN RFB 2.179/2024.

Nota (2): A existência de unidades destinadas às outras faixas de renda no empreendimento não obstará a fruição do regime especial de tributação.

124

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – PMCMV - Lei 14.620, de 13.07.2023 – Novo Regime

A Lei 14.620, de 2023, em vigor a partir de 14.07.2023, data de sua publicação no DOU, incluiu no artigo 4º da Lei 10.931, de 2004, os parágrafos 8º, 9º e 10, os quais dispõem sobre a alíquota e outras condições aplicáveis ao RET no âmbito do PMCMV, nos seguintes termos:

§ 9º Para efeito do disposto no § 8º, consideram-se projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social aqueles destinados a famílias cuja renda se enquadre na Faixa Urbano 1 (dois salários mínimos), **independentemente do valor da unidade**, no âmbito do PMCMV, sendo que a existência de unidades destinadas às outras faixas de renda no empreendimento não obstará a fruição do regime especial de tributação de que trata o § 8º.

§ 10 As condições para utilização dos benefícios de que tratam os §§ 6º e 8º serão definidas em regulamento (IN RFB 2.179, de 05.03.2024).

125

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET – APLICÁVEL AO CONDOMÍNIO DE LOTES

- ✓ Para fins de aplicação do RET-Incorporação de que trata a Lei 10.931, de 2004, **a partir de 28.06.2022**, a atividade de alienação de lotes integrantes de desmembramento ou loteamento (parcelamento do solo por meio de loteamento) caracteriza a incorporação imobiliária, desde que, atendidos os requisitos legais, em especial esteja vinculada à construção de casas isoladas ou geminadas.
- ✓ O RET-Incorporação é aplicável ao condomínio de lotes de que trata o art. 1.358-A da Lei 10.406, de 2002 (Código Civil).
- SC COSIT 24, de 2023.

Art. 10 da Lei 14.382, de 2022, altera Lei 4.591/1964, art. 68 e IN RFB 2.179/2024, art 4º.

126

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET x REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO x TRANSIÇÃO DAS OPERAÇÕES COM IMÓVEIS

Incorporação Imobiliária – Patrimônio de Afetação

Para as operações iniciadas antes de 1º de janeiro de 2029, o contribuinte que realizar incorporação imobiliária submetida ao patrimônio de afetação, nos termos dos artigos 31-A a 31-E da Lei 4.591, de 16.12.1964, que tenha realizado o pedido de opção pelo regime específico instituído pelo art. 1º e tenha o pedido efetivado nos termos do art. 2º, ambos da Lei Federal 10.931/2004, **poderá optar pelo recolhimento de CBS**, da seguinte forma:

- (i) pagamento de CBS em montante equivalente a 2,08% da receita mensal recebida (arts. 4º e 8º da Lei 10.931/2004);
 - (ii) pagamento de CBS em montante equivalente a 0,53% da receita mensal recebida (Para os projetos de construção e incorporação de imóveis residenciais de interesse social).
- Opção aplicável exclusivamente às incorporações submetidas ao patrimônio de afetação.

Arts. 485 e 258, Lei Complementar 214, de 16.01.2025

127

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET x REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO x TRANSIÇÃO DAS OPERAÇÕES COM IMÓVEIS

Incorporação Imobiliária - Patrimônio de Afetação Opção pelo regime especial

- **A opção pelo regime especial afasta qualquer outra forma de incidência de IBS e CBS** sobre a respectiva incorporação, ficando tais tributos exclusivamente sujeitos **às regras do regime opcional**.
- É vedada a apropriação de créditos do IBS e da CBS pelo contribuinte submetido ao regime especial relativamente às aquisições destinadas à incorporação imobiliária submetida ao patrimônio de afetação.

A opção pelo regime especial impede

- a dedução dos redutores de ajuste previstos no art. 257 da LC 214/2025; e
- a aplicação do redutor social previsto no art. 259 da LC 214/2025.

nas alienações de imóveis decorrentes da incorporação imobiliária submetidas ao patrimônio de afetação.

Arts. 485 e 258, Lei Complementar 214, de 16.01.2025

128

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

RET x REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO x TRANSIÇÃO DAS OPERAÇÕES COM IMÓVEIS

Incorporação Imobiliária - Patrimônio de Afetação Opção pelo regime especial

Adquirente de imóvel sujeito ao regime regular do IBS e da CBS

- O contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS que adquirir imóvel decorrente de incorporação imobiliária submetida **ao regime específico de patrimônio de afetação não poderá apropriar créditos de IBS e CBS;**
- **Para as aquisições realizadas a partir de 1º.01.2027 por contribuinte sujeito ao regime regular** do IBS e da CBS, as operações tributadas pelo regime opcional constituirão redutor de ajuste em montante equivalente àquele que seria aplicado caso o imóvel fosse adquirido de não contribuinte do regime regular do IBS e da CBS;
- O valor inicial do redutor de ajuste **corresponde ao valor de aquisição do bem imóvel**, aplicável para as aquisições realizadas a partir de 1º.01.2027;
- Os créditos de IBS e CBS decorrentes dos custos e despesas indiretos pagos pela incorporadora e apropriados a cada incorporação **deverão ser estornados pela incorporadora.**

Arts. 485 e 258, Lei Complementar 214, de 16.01.2025

129



INSTITUIÇÕES IMUNES, ISENTAS E NÃO INCIDÊNCIA

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUIÇÕES IMUNES

- ✓ Templos de qualquer culto;
- ✓ Partidos políticos;
- ✓ Entidades sindicais dos trabalhadores; e
- ✓ Instituições de educação e de assistência social.

Art. 150 CF, de 1988, Arts. 179 a 183, Decreto 9.580, e Arts. 8º a 12 da IN RFB 1.700, de 2017.

131

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUIÇÕES IMUNES

PIS/PASEP E COFINS - REGIME CUMULATIVO

- ✓ Inciso IV, art. 8º, Lei 10.637, de 30.12.2002;
- ✓ Inciso IV, art. 10, Lei 10.833, de 29.12.2003.
- ✓ PIS/PASEP sobre a folha de pagamento (MP 2.158-35/2001, art. 13 e IN RFB 2121, de 15.12.2022);
- ✓ COFINS, Isenta para atividades próprias e outras atividades (MP 2.158-35/2001, art. 14, Inciso X e Revogação do § 1º, art. 3º, Lei 9718, de 27.11.1998 pela Lei 11.941, de 2009);
- ✓ Aplicações Financeiras, fazer Declaração de Imunidade, nos termos do Anexo III, da IN RFB 1.585, de 31.08.2015

Art. 150 CF, de 1988, Arts. 179 a 183, Decreto 9.580, e Arts. 8º a 12 da IN RFB 1.700, de 2017.

132

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUIÇÕES ISENTAS

- São isentas do IRPJ e da CSLL as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.
- A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096, de 13.01.2005, ficará isenta do IRPJ e da CSLL no período de vigência do termo de adesão, conforme disposições contidas na IN RFB 1.394, de 2013.

Arts. 184 a 192, Decreto 9.580, RIR/2018 e Arts. 13 a 22 da IN RFB 1.700, de 2017

133

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

INSTITUIÇÕES ISENTAS

PIS/PASEP E COFINS NÃO CUMULATIVO

- Artigo 1º caput, Lei 10.833, de 2003, c/c o art. 10, inciso IV; MP 2.158-35, de 2001, artigo 14, inciso X, e artigos 145 e 146 da IN RFB 2121, de 15.12.2022;
- PIS/PASEP sobre a folha de pagamento - MP 2.158-35/2001, art. 13 e art. 8º da IN RFB 2121, de 15.12.2022);
- COFINS, Isenta para atividades próprias - MP 2.158-35/2001, art. 14, Inciso X e art. 23 e 146 da IN RFB 2121, de 15.12.2022; são tributadas as demais receitas, no regime não cumulativo à alíquota 7,6%;
- Receita de aplicações financeiras, são tributadas á alíquota de 4% - SC COSIT 33, de 12.03.2025;
- Remuneração de dirigentes, Lei 9.532/1997, art. 12 § 2º, alínea "a" e §§ 4º a 6º, Decreto 9.580/2018, art. 181, §§ 4º a 7º e IN RFB 1.700/2017 art. 10, § 3º, I e §§ 4º a 7º.

Arts. 184 a 192, Decreto 9.580, RIR/2018 e Arts. 13 a 22 da IN RFB 1.700, de 2017

134

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

NÃO INCIDENCIA - COOPERATIVAS

- ✓ As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência do imposto sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro;
- ✓ Ficam obrigadas a pagar o IRPJ e a CSLL sobre os resultados positivos das operações estranhas a sua finalidade;
- ✓ É vedado às cooperativas distribuir qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros, excetuados os juros até o máximo de 12% ao ano, que incidirão sobre a parte integralizada. Em relação às cooperativas de crédito a remuneração é limitada ao valor da taxa SELIC para títulos federais.

Arts. 193 a 195, Decreto 9.580, RIR/2018 e IN RFB 1.700/ 2017, Arts. 23 e 24

135

TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

NÃO INCIDENCIA - COOPERATIVAS

- ✓ Aplicações financeiras, efetuadas por sociedades cooperativas, são tributadas e sujeitas à retenção na fonte (Parecer Normativo CST 4, 14.02.1986);
- ✓ Estão sujeitos à incidência do IRRF, calculado mediante a utilização das tabelas progressivas, a título de antecipação do devido na DAA, os juros pagos pelas cooperativas a seus associados como remuneração do capital social (artigo 22, Inciso XVIII da IN RFB 1500, de 29.10.2014);
- ✓ Integram também a receita bruta da atividade rural, as sobras líquidas decorrentes da comercialização de produtos agropecuários, apuradas na demonstração de resultado do exercício e distribuídas pelas sociedades cooperativas de produção aos associados produtores rurais (art. 54, § 1º, inciso VI do Decreto 9.580, de 2018 (RIR);

As sociedades Cooperativas de consumo

- ✓ As sociedades cooperativas de consumo que tenham por objeto a compra e o fornecimento de bens aos consumidores ficam sujeitas às mesmas normas de incidência do imposto sobre a renda aplicáveis às demais pessoas jurídicas

Arts. 193 a 195, Decreto 9.580, RIR/2018 e IN RFB 1.700/ 2017, Arts. 23 e 24

136



LUCRO PRESUMIDO

Artigos 587 a 601, do Decreto 9.580, RIR/2018 e Arts. 214 a 225, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO PRESUMIDO

- ✓ Forma de Tributação Simplificada;
- ✓ Aplicável às PJs que não estiverem obrigadas no ano-calendário a apuração do lucro real;
- ✓ Regime de Competência ou de Caixa;
- ✓ Excetua-se do regime de competência os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os de renda variável, que serão acrescidos à base de cálculo do lucro presumido por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação;
- ✓ O regime abrange o pagamento de todos os tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL).

EXERCÍCIO DA OPÇÃO

- ✓ Será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário. É irrevogável para todo o ano.

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS AUTORIZADAS A OPTAR

- ✓ Poderão optar pela tributação com base no Lucro Presumido, as pessoas jurídicas que não estão obrigadas a apurar o lucro real, cuja receita total, acrescida dos demais resultados e dos ganhos de capital, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00, ou a R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 meses (Esse limite passou a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, por força do artigo 7º da Lei 12.814, de 16.05.2013, que alterou o artigo 13, da Lei 9.718, de 1998).
- ✓ Poderão optar, durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido (Lei 9.964, de 2000), as pessoas jurídicas e as sociedades em conta de participação que se encontram nas situações descritas nas alíneas "a", "d", "e", e "f" do tópico pessoas jurídicas obrigadas ao lucro real, que são impedidas de optar pelo lucro presumido.

139

LUCRO PRESUMIDO

PESSOAS JURÍDICAS AUTORIZADAS A OPTAR

- ✓ Podem, também, optar pela tributação com base no lucro presumido as pessoas jurídicas que iniciarem atividades ou que resultarem de incorporação, fusão ou cisão, desde que não estejam obrigadas a tributação pelo lucro real
- ✓ As pessoas jurídicas, tributadas pelo lucro presumido, e que, em qualquer trimestre do ano-calendário, tiverem seu lucro arbitrado, podem permanecer no regime de tributação com base no lucro presumido relativamente aos demais trimestres do ano-calendário, desde que atendidas as disposições legais pertinentes

140

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

- A Base de Cálculo do lucro presumido será o valor resultante da aplicação dos percentuais de presunção, sobre a receita bruta definida pelo art. 12 do decreto 1.598, de 1977, relativa a cada atividade, auferida em cada período de apuração trimestral, deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos;
- os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas pelo ar. 12 acima citado; os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável; os juros sobre o capital próprio auferidos; os valores recuperados,
- as multas ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato, considerado o IRRF como antecipação do devido no período de apuração.
- Percentual de presunção reduzido a 16% para PJ exclusivamente prestadoras de serviços.

141

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO – A PARTIR DE 2026

ACRÉSCIMO DE 10% NA BASE DE CÁLCULO - LEI COMPLEMENTAR 224, DE 2025

No regime do lucro presumido por força do artigo 4º da Lei Complementar 224, de 26.12.2025, a partir de 2026, os percentuais de presunção têm acréscimo de 10%, aplicável à parcela da receita bruta total que exceder R\$ 5.000.000,00 no ano-calendário.

Esse limite anual deve ser observado da seguinte forma:

- (i) Proporcionalmente a cada período de apuração ao longo do ano, sendo admitido ajuste nos períodos subsequentes; e
- (ii) Proporcionalmente às receitas de cada atividade, quando houver mais de uma.

Nota: O referido acréscimo de 10%, com relação ao IRPJ é aplicável a partir de 1º.01.2026, e relativamente a CSLL, a partir de 1º.04.2026.

142

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Base de Cálculo (IRPJ) - Serviços Hospitalares

Para fins de aplicação do percentual de 8% sobre a receita bruta auferida na atividade hospitalar de que trata a alínea "a" do Inciso II acima, deve ser observado o seguinte:

- i. a prestadora desses serviços obrigatoriamente seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (alínea "a", inciso II, § 1º do artigo 33, IN RFB 1.700, de 14.03.2017);
- ii. entende-se como atendimento às normas da ANVISA, entre outras, a prestação de serviços em ambientes desenvolvidos de acordo com o item 3 - Dimensionamento, Quantificação e Instalações Prediais dos Ambientes da Parte II - Programação Físico-Funcional dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde da Resolução RDC 50, de 21.02.2002, cuja comprovação deve ser feita mediante alvará da vigilância sanitária estadual ou municipal. (§ 3º do artigo 33, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

143

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Base de Cálculo (IRPJ) – Serviços Hospitalares

- ✓ O percentual de 8% sobre a receita bruta auferida na atividade hospitalar de que trata a alínea "a" do Inciso II acima descrita **não se aplica**, inclusive (§ 4º do artigo 33, IN RFB 1.700, de 14.03.2017):
- a) à pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade simples;
 - b) aos serviços prestados com utilização de ambiente de terceiro; e
 - c) à pessoa jurídica prestadora de serviço médico ambulatorial com recursos para realização de exames complementares e serviços médicos prestados em residência, sejam eles coletivos ou particulares (home care).

Nota: Não se aplica as restrições mencionadas para as alíneas (b) e (c) acima, conforme Parecer SEI/7689/ME e Solução de Consulta COSIT 147, de 20.07.2023 e SC DISIT/SRRF04 nº 4.030, de 15.08.2023.

144

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Conceito de Receita Bruta – Atividade Imobiliária

- ✓ Nas atividades imobiliárias, para fins tributários, o conceito de receita bruta foi definido pelo artigo 30 da Lei 8.981, de 1995, o qual encontra-se redigido da seguinte forma:

“Art. 30. As pessoas jurídicas que explorem atividades imobiliárias relativa a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, deverão considerar como receita bruta o montante efetivamente recebido, relativo às unidades imobiliárias vendidas”.

Receita Financeira apurada por meio de índice ou coeficientes previsto em contrato

- ✓ Receita Financeira na atividade imobiliária, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previsto em contrato, na determinação do lucro presumido, a aplicação do percentual de 8% tem suporte no § 4º do artigo 15 da Lei 9.249, de 1995.

Multas e Juros

- ✓ Será aplicado o percentual de 8% **às receitas de juros e multa de mora decorrentes de atraso no pagamento de prestações** relativas à comercialização de imóveis, desde que esses acréscimos sejam apurados por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato; (Solução de Consulta COSIT 151, de 09.06.2014).

145

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Tratamento do AVP no Lucro Presumido

- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, incluem-se na receita bruta a que se refere o inciso I acima.
- ✓ Os valores decorrentes do referido ajuste a valor presente, apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento da receita bruta, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo do lucro presumido.
- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, **incluem-se nas receitas** relativas aos incisos II a VIII acima descritos, independentemente da forma como estas receitas tenham sido contabilizadas.
- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento das receitas relativas aos incisos II a VIII acima descritos, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo do lucro presumido.

§§ 4º ao 7º do Artigo 215, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

146

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Receitas Financeiras de Variações Monetárias

- ✓ As receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, quando da liquidação da correspondente operação.
- ✓ À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias acima poderão ser consideradas segundo o regime de competência, o qual será aplicado a todo o ano-calendário.
- ✓ As receitas acima referidas, originadas dos saldos de juros a apropriar decorrentes de AVP não integrarão as bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido.

Nota: A IN RFB 1.079, de 03.11.2010, traz esclarecimentos sobre o regime tributário aplicável a essas receitas.

§§ 27 a 29 do Artigo 215, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

147

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Tratamento da Avaliação a Valor Justo – AVJ no Presumido

O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não integrará a base de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido no período de apuração (art. 217 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017):

- I - relativo à avaliação com base no valor justo, caso seja registrado diretamente em conta de receita; ou
 - II - em que seja reclassificado como receita, caso seja inicialmente registrado em conta de patrimônio líquido.
- ✓ Na apuração dos ganhos de capital na apuração do lucro presumido, o aumento ou redução no valor do ativo registrado em contrapartida a ganho ou perda decorrente de sua avaliação com base no valor justo não será considerado como parte integrante do valor contábil. Essa regra não se aplica caso o ganho relativo ao aumento no valor do ativo tenha sido anteriormente computado na base de cálculo do tributo.

Artigo 217, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

148

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Rendimentos de Renda Fixa e Ganhos em Renda Variável

- ✓ Os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável serão acrescidos às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido no período de apuração da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação, não lhes sendo aplicável o regime de competência.
- ✓ Relativamente aos ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável, o IRPJ sobre os resultados positivos mensais apurados em cada um dos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao do encerramento do período de apuração serão determinados e pagos em separado, nos termos da legislação específica, dispensado o recolhimento em separado relativamente ao 3º (terceiro) mês do período de apuração.
- ✓ Os ganhos líquidos acima referidos relativos a todo o trimestre de apuração serão computados na determinação do lucro presumido e do resultado presumido, e o montante do imposto pago será considerado antecipação, compensável com o devido no encerramento do período de apuração.

Artigo 216, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

149

LUCRO PRESUMIDO

DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

Mudança do Lucro Real para Lucro Presumido

A pessoa jurídica que, até o ano-calendário anterior, houver sido tributada com base no lucro real deverá **adicionar à base de cálculo do IRPJ e da CSLL, correspondente ao primeiro período de apuração** no qual houver optado pela tributação com base no lucro presumido, os saldos dos valores cuja tributação havia diferido, independentemente da necessidade de controle na parte B do e-Lalur e do e-Lacs.

A regra acima descrita aplica-se inclusive aos valores controlados por meio de subcontas referentes:

- I - às diferenças na adoção inicial dos arts. 1º, 2º, 4º a 71 da Lei 12.973, de 2014, de que tratam os arts. 294 a 296 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017; e
- II - à avaliação de ativos ou passivos com base no valor justo.

Art. 593, Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 219 IN RFB 1700, de 14.03.2017

150

LUCRO PRESUMIDO

MUDANÇA DO LUCRO PRESUMIDO PARA LUCRO REAL

- ✓ A pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido que, em período de apuração imediatamente posterior, passar a ser tributada pelo lucro real deverá incluir na base de cálculo do IRPJ apurado pelo lucro presumido os ganhos decorrentes de avaliação com base no valor justo, que façam parte do valor contábil, e na proporção deste, relativos aos ativos constantes em seu patrimônio.
- ✓ A tributação dos ganhos poderá ser diferida para os períodos de apuração em que a pessoa jurídica for tributada pelo lucro real, desde que observados os procedimentos e requisitos relativos ao controle por meio de subcontas.

Arts. 594 e 396 Decreto 9.580, RIR/2018 e Arts. 119 e 220, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

151

LUCRO PRESUMIDO

MUDANÇA DO LUCRO PRESUMIDO PARA LUCRO REAL

- ✓ As perdas verificadas decorrentes de AVJ somente poderão ser computadas na determinação do lucro real dos períodos de apuração posteriores se observados os procedimentos e requisitos relativos ao controle por meio de subcontas.
- ✓ O disposto neste item aplica-se, também, na hipótese de avaliação com base no valor justo de passivos relacionados a ativos ainda não totalmente realizados na data de transição para o lucro real.

152

LUCRO PRESUMIDO

Mudança do regime de caixa para competência

- ✓ A pessoa jurídica optante pelo lucro presumido que adota o regime de caixa e passar a adotar o regime de competência, deverá reconhecer no mês de dezembro do ano-calendário anterior as receitas auferidas e ainda não recebidas.

Optante pelo lucro presumido que durante o ano torna-se obrigado ao lucro real

- ✓ A pessoa jurídica optante pelo lucro presumido que durante o ano-calendário incorrer na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real, deverá oferecer à tributação as receitas auferidas e ainda não recebidas;
- ✓ Na hipótese do parágrafo acima, as receitas auferidas e ainda não recebidas deverão ser adicionadas às receitas do período de apuração anterior, e a diferença apurada, deverá ser recolhida, sem multa ou juros moratórios, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que incorreu na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real.

Art. 223A, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

153

LUCRO PRESUMIDO / CÁLCULO

ALÍQUOTA

- ✓ 15% sobre a base de cálculo.

ADICIONAL

- ✓ 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo trimestre;
- ✓ O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitida quaisquer deduções;
- ✓ É vedada a aplicação de qualquer parcela do imposto devido em incentivos fiscais.

154

LUCRO PRESUMIDO / DEDUÇÕES

DEDUÇÕES DO IMPOSTO

Para efeito de pagamento, a pessoa jurídica optante pelo Lucro Presumido, poderá deduzir, do IRPJ apurado em cada trimestre:

- ✓ o imposto de renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram à base de cálculo do imposto devido.

155

LUCRO PRESUMIDO / CSLL

- Aplica-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- A Base de Cálculo da CSLL corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) 12% da receita bruta auferida no período de apuração, exceto na prestação de serviços em geral; (ii) 32% da receita bruta auferida no período, referente a prestação de serviços em geral; e (iii) Os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977;
- As alíquotas da CSLL estão relacionadas no Apêndice III;
- Para efeitos de pagamento, a PJ poderá deduzir da CSLL apurada em cada trimestre o valor: (i) da CSLL retida na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo da contribuição devida; e (ii) do bônus de adimplência fiscal disciplinado pelo artigo 38 da Lei 10.637/2002, e pelos artigos 271 e 276 da Instrução Normativa RFB 1.700, de 14.03.2017.

Art. 600 Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 225, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

156

LUCRO PRESUMIDO – DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido deverá manter (Art. 600, Decreto 9.580, de 2018):

- (i) escrituração contábil nos termos da legislação em vigor;
- (ii) Livro de Registro de Inventário, contendo o registro dos estoques existentes no término do ano-calendário;
- (iii) Em boa guarda e ordem a documentação, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes;
- (iv) O item (i) não se aplica à pessoa jurídica, que mantiver livro-caixa, no qual deverá contemplar toda movimentação financeira, inclusive bancária.

PRAZO DE ENTREGA DA ECF

- ✓ A ECF será transmitida anualmente ao SPED **até o último dia útil do mês de julho** do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira (artigo 3º, IN RFB 2004, de 18.01.2021).

Art. 600 Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 225, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

157

LUCRO PRESUMIDO

PREENCHIMENTO DO DARF

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido que apuram o imposto por períodos trimestrais, deverão preencher o DARF **relativo ao imposto de cada trimestre**, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas em Geral tributadas pelo Lucro Presumido	
• Imposto de Renda	2089
• Contribuição social sobre o Lucro - CSLL	2372

158



Artigos 602 a 613, do Decreto 9.580, RIR/2018) e Arts. 226 a 237, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO ARBITRADO

- ✓ Lucro Arbitrado é uma forma de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL em que a incidência trimestral desses tributos, é arbitrada, pelo próprio contribuinte ou, de ofício pelo fisco;
- ✓ É aplicável pela autoridade tributária quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do Lucro Real ou Presumido, conforme o caso. Quando conhecida a receita bruta, e, desde que ocorrida qualquer das hipóteses de arbitramento previstas na legislação fiscal, o contribuinte poderá efetuar o pagamento do imposto de renda correspondente com base nas regras do Lucro Arbitrado;
- ✓ Essa forma de tributação, não representa penalidade, pode até ser mais vantajosa para o contribuinte que, impossibilitado de optar pelo Lucro Presumido, seja pelo limite de receita, ou em decorrência dos demais impedimentos previstos, não mantenha escrituração na forma estabelecida pelas leis comerciais e fiscais.

LUCRO ARBITRADO

ASPECTOS GERAIS

- ✓ Forma de apuração em que o Imposto de Renda e CSLL são devidos trimestralmente no decorrer do ano-calendário;
- ✓ Arbitramento pelo próprio contribuinte ou, de ofício, pela fiscalização da Receita Federal;
- ✓ **O lucro arbitrado será determinado pelo regime de competência;** (§ 10, art. 227, IN RFB 1700/2017);
- ✓ Excetuam-se do regime de competência os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os de renda variável, que serão acrescidos à base de cálculo do lucro arbitrado por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação, bem como, os lucros derivados das atividades de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de loteamento de terrenos e de incorporação de prédios em condomínio, os quais serão tributados na proporção da receita recebida ou cujo recebimento esteja previsto para o próprio trimestre (§§ 27 e 28, art. 227 e art. 228, IN RFB 1.700, de 2017).

161

LUCRO ARBITRADO

ASPECTOS GERAIS

- ✓ A apuração do IR com base no lucro arbitrado abrangerá todos os trimestres do ano-calendário, assegurada a tributação com base no lucro real relativa aos trimestres não submetidos ao arbitramento, se a pessoa jurídica dispuser de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal que demonstre o lucro real dos períodos não abrangidos por aquela modalidade de tributação;
- ✓ A PJ que, em qualquer trimestre do ano-calendário, tiver seu lucro arbitrado, poderá optar pela tributação com base no lucro presumido relativamente aos demais trimestres desse ano-calendário, desde que não obrigada à apuração do lucro real.

162

LUCRO ARBITRADO / CSLL

- Aplica-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- A Base de Cálculo da CSLL corresponderá à soma dos seguintes valores: (i) 12% da receita bruta auferida no período de apuração, exceto na prestação de serviços em geral; (ii) 32% da receita bruta auferida no período, referente a prestação de serviços em geral; e (iii) Os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977;
- As alíquotas da CSLL estão relacionadas no Apêndice III;
- Para efeitos de pagamento, a PJ poderá deduzir da CSLL apurada em cada trimestre o valor: (i) da CSLL retida na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo da contribuição devida; (ii) da CSLL paga a maior ou indevidamente em períodos anteriores; e (iii) do bônus de adimplência fiscal disciplinado pelo artigo 38 da Lei 10.637/2002, e pelos artigos 271 e 276 da Instrução Normativa RFB 1.700, de 14.03.2017 (desde que preencha os requisitos legais).

Art. 600 Decreto 9.580, RIR/2018 e Art. 225, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

163

LUCRO ARBITRADO

PREENCHIMENTO DO DARF

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Arbitrado que apuram o imposto por períodos trimestrais, deverão preencher o DARF **relativo ao imposto de cada trimestre**, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas em Geral tributadas pelo Lucro Arbitrado	
• Imposto de Renda	5625
• Contribuição social sobre o Lucro - CSLL	2372

164

TÓPICOS ESPECÍFICOS DO LUCRO REAL

TÓPICOS ESPECÍFICOS DO LUCRO REAL

COMPARATIVO CPCs FULL x PME* x PEQUENA EMPRESA x MICROENTIDADES

COMPONENTES	CPCs FULL COMPLETO	CPC PME NBC TG 1000 (R1)*	PEQUENAS EMPRESAS NBC TG 1001	MICROENTIDADES NBC TG 1002
Ativo Imobilizado	27 (R4)	Seção 17	Seção 17	Seção 17 (4)
Teste de Recuperabilidade	01 (R4)	Seção 27	Seção 27 (1)	N/A
Custo de Empréstimos	20 (R2)	Seção 25	Seção 25 (2)	Seção 25 (2)
Operações de Arrendamento	06 (R3)	Seção 20	Seção 20 (3)	Seção 20 (5)

*Após revisão desta norma, certamente, a nomenclatura será modificada para CPC ME, referente a Médias Empresas, ou nomenclatura similar.

- (1) O conteúdo desta seção está distribuído nas seções que cuidam dos ativos.
- (2) O conteúdo desta seção é Receitas e despesas financeiras.
- (3) O registro do arrendamento pelo arrendatário como despesas no resultado.
- (4) O conteúdo desta seção é Ativo imobilizado e inclui Propriedade para investimento.
- (5) O registro do arrendamento pelo arrendatário como despesas no resultado.

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO NO IMOBILIZADO

- ✓ O inciso IV do artigo 179 da Lei 6.404, de 1976, define a classificação das contas no Ativo Imobilizado;
- ✓ O CPC 27 - Ativo Imobilizado, foi recepcionado pela Resolução CFC 1.177/09, NBC TG 27 (Resolução 1.329/11). Em 11.12.2013 consolidada como NBC TG 27 (R1), em 21/11/2014 passa a ser NBC TG 27 (R2), aplicando-se aos exercícios iniciados, a partir de 2015, em 23.10.2015. passa a ser NBC TG 27 (R3) aplicando-se aos exercícios iniciados, a partir de 01/01/2016, e em 24.11.2017 passa a ser NBC TG 27 (R4), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º/01/2018;
- ✓ A NBC TG 27, conceitua imobilizado como um ativo tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período.

IMOBILIZADO / DEPRECIÇÃO

NBC TG 27(R4) e ITG 10

Algumas Definições:

- Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Valor depreciável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.
- ✓ Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.
- Valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

169

IMOBILIZADO / DEPRECIÇÃO

LEGISLAÇÃO FISCAL

- A tendência das empresas em geral sempre foi no sentido de adotar as taxas admitidas pela legislação fiscal;
- Os critérios básicos da legislação fiscal sobre a depreciação estão consolidados nos artigos 317 a 329 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR);
- A Receita Federal por meio do Anexo III da IN RFB 1.700, de 14.03.2017, lista relação de bens com prazo de vida útil e taxas de depreciação;
- O fisco admite adoção de taxas diferentes daquelas por ele listadas, desde que suportadas por laudo pericial do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (§ 2º, Art. 124 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Arts. 121 a 124, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

170

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

LEGISLAÇÃO FISCAL

Atividade rural, os bens do ativo não circulante imobilizado, exceto terra nua, adquiridos para uso na atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano de aquisição (Art. 325, Decreto 9.580, de 2018 e Art. 260, IN RFB 1.700, de 14.03.2017);

Bens adquiridos usados, a taxa anual será fixada tendo em vista o maior dos seguintes prazos (Art. 322, Decreto 9.580, de 2018):

- ✓ a metade da vida útil admissível para o bem adquirido novo; ou
- ✓ O restante da vida útil, considerada esta em relação à primeira instalação para utilização do bem.

171

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

Depreciação Societária x Fiscal - e-Lalur e e-Lacs

- ✓ Caso a quota de depreciação registrada na contabilidade do contribuinte seja menor do que aquela calculada com base no Anexo III da IN RFB 1700, de 14.03.2017, a diferença poderá ser excluída do lucro líquido na apuração do Lucro Real e do resultado ajustado, com registro na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs do valor excluído, observando-se que o valor acumulado das quotas não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem;
- ✓ A partir do período de apuração em que o montante acumulado das quotas de depreciação computado na determinação do lucro real e resultado ajustado atingir o valor do custo de aquisição do bem, o valor da depreciação registrada a escrituração comercial, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e do resultado ajustado, com a respectiva baixa na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs.

Art. 321, Decreto 5980, de 2018 (RIR) e Art. 124, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

172

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

Exemplo: Taxa de depreciação fiscal maior que a contábil

1	Custo de aquisição de um determinado bem (Veículo 8703, Anexo III, IN RFB 1.700, de 2017)	400.000,00
2	Vida útil do bem (RFB)	5 anos
3	Taxa de depreciação fiscal (Anexo III, IN RFB 1.700/17)	20%
4	Vida útil do bem (Societário)	10 anos
5	Taxa de depreciação contábil (Societário)	10%
6	Valor residual	80.000,00
7	Valor depreciável (1 - 6)	320.000,00

173

IMOBILIZADO / DEPRECIAÇÃO

Demonstrativo - Taxa de depreciação fiscal maior que a contábil				
Ano-calendário	Taxa fiscal 20%	Taxa Contábil 10%	Diferença a adicionar no e-Lacs e e-Lalur	Diferença a excluir no e-Lacs e e-Lalur
20x1	80.000,00	32.000,00		48.000,00
20x2	80.000,00	32.000,00		48.000,00
20x3	80.000,00	32.000,00		48.000,00
20x4	80.000,00	32.000,00		48.000,00
20x5	80.000,00	32.000,00		48.000,00
Subtotal	400.000,00	160.000,00		240.000,00
20x6		32.000,00	32.000,00	
20x7		32.000,00	32.000,00	
20x8		32.000,00	32.000,00	
20x9		32.000,00	32.000,00	
20x10		32.000,00	32.000,00	
Total	400.000,00	320.000,00	160.000,00	240.000,00

(6) valor residual é o valor estimado que se obteria com a venda do ativo ao final de sua vida útil.

(7) valor depreciável é o custo do ativo, menos seu valor residual.

Nota: no exemplo apresentado, não foram considerados os tributos diferidos relativos a diferenças temporárias de que trata o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro ou seção 29 do CPC PME.

174



OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

CPC 06 R2 (NBC TG 06 (R3)) - Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO



Recepção do CPC 06 pelo Regulador CFC

- ✓ Essa norma foi recepcionada pelo regulador CFC, alterada e consolidada em 24.11.2017 como NBC TG 06 (R3), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (IFRS 16, CPC 06 - R2).

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

- ✓ Esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos;
- ✓ IFRS 16 (CPC 06 R2 NBC TG 06 (R3)), baseia-se na abordagem do Direito de Uso do Ativo, aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019;
- ✓ Substitui a versão CPC 06 R1, que vigorou até 31 de dezembro de 2018;
- ✓ Define que é o contrato, ou parte dele que transfere direito de usar um ativo (Ativo Subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação.

177

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

CPC 06 (NBC TG 06 (R3))

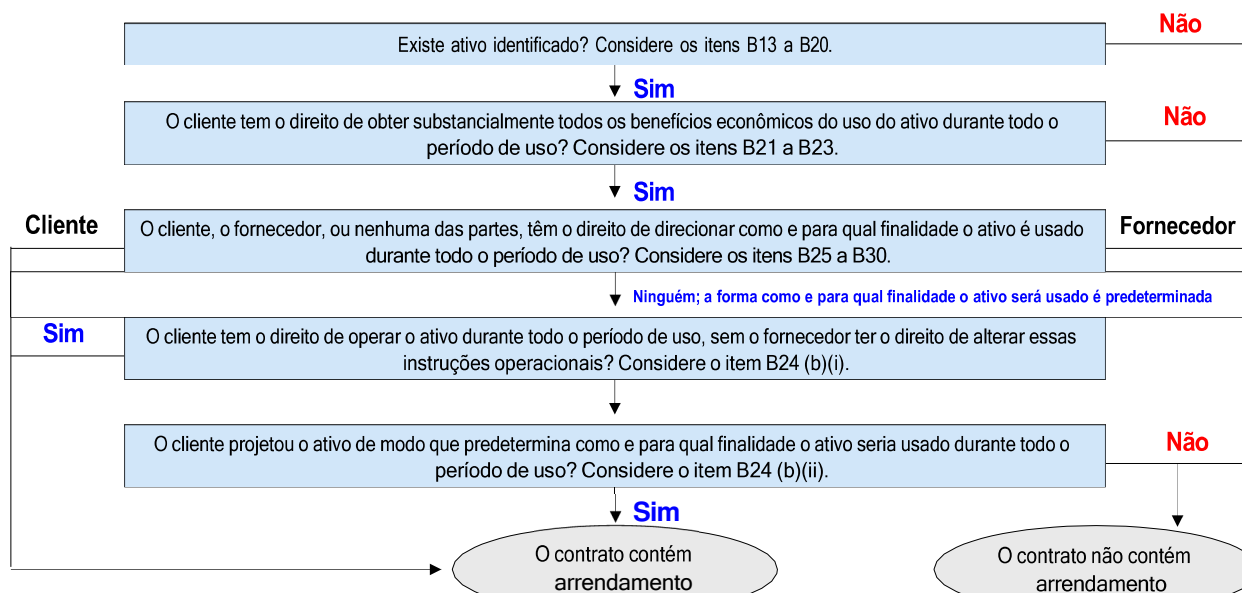
A norma inclui todos tipos de contrato em que se transfere o direito de uso de um ativo (os de alugueis, direitos de franquia e alguns outros contratos), **EXCETO**:

- ✓ arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural;
- ✓ arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance da NBC TG 29;
- ✓ acordos de concessão de serviço dentro do alcance da ITG 01;
- ✓ licenças de propriedade intelectual dentro do alcance da NBC TG 47; e
- ✓ direitos em contratos de licenciamento no alcance da NBC TG 04 - Ativo Intangível (Ex: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais).

178

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

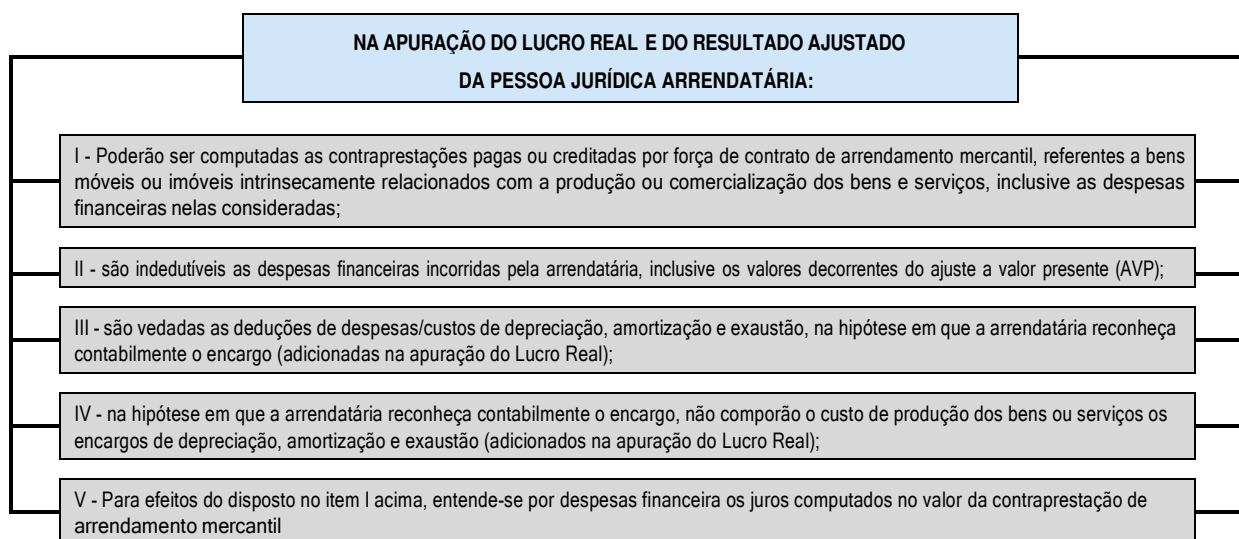
Arrendamentos Mercantis, Aluguéis e Outros Direitos de Uso



179

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

PESSOAS JURÍDICAS ARRENDATÁRIAS (Aspectos Fiscais)



Art. 366, Decreto 9.580, de 2018 (RIR), e Artigo 175 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

180

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Artigos 355 a 357 e 726 Decreto 9.580/2018 (RIR) e artigos 75 a 77 da IN RFB 1.700/2017).

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO



As Pessoas Jurídicas tributadas com base no Lucro Real, poderão considerar dedutíveis, na apuração do Lucro Real, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido (artigos 355 a 357 e 726 do Decreto 9.580, de 2018/RIR e artigos 75 a 77 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Para fins de cálculo da remuneração do capital próprio, serão consideradas exclusivamente as seguintes contas do patrimônio líquido:

- I - capital social;
- II - reservas de capital;
- II - reservas de lucros;
- IV - ações em tesouraria; e
- V - prejuízos acumulados.

- ❖ Para fins de cálculo a conta capital social, inclui todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que classificadas em contas de passivo na escrituração comercial.
- ❖ No patrimônio líquido acima mencionado não serão considerados os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial (AAP) a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei 6.404/1976.
- ❖ Aplica-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BASE DE CÁLCULO DO JCP (art. 9º, Lei 9.249/1977)



A conta capital social, prevista no inciso I do caput, inclui todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei 6.404, de 1976, ainda que classificadas em contas de passivo na escrituração comercial da pessoa jurídica

Os instrumentos patrimoniais referentes às aquisições de serviços com pagamento baseado em ações, somente serão considerados depois da transferência definitiva da sua propriedade.

Art. 75, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

183

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BASE DE CÁLCULO – A PARTIR DE 01.01.2024

Para fins de cálculo da remuneração do capital próprio, por força do artigo 18, Lei 14.789, de 29.12.2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, na base de cálculo, serão consideradas exclusivamente as seguintes contas do patrimônio líquido:

- (i) capital social integralizado;
- (ii) reservas de capital de que tratam o § 2º do art. 13 e o parágrafo único do art. 14 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976;
- (iii) reservas de lucros, exceto a reserva de incentivo fiscal de que trata o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15.12.1976;
- (iv) ações em tesouraria; e
- (v) lucros ou prejuízos acumulados.

184

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BASE DE CÁLCULO – A PARTIR DE 01.01.2024

A Lei 14.789, de 29.12.2023, artigo 18, alterou o § 8º, e incluiu o § 8º-A, no artigo 9º da Lei 9.249, de 1995, estabelecendo que, para fins de apuração da base de cálculo dos juros sobre capital próprio:

- I - não serão consideradas as variações positivas no patrimônio líquido decorrentes de atos societários entre partes dependentes que não envolvam efetivo ingresso de ativos à pessoa jurídica, com aumento patrimonial em caráter definitivo, independentemente do disposto nas normas contábeis; e
- II - deverão ser considerados, salvo os casos em que for aplicado o disposto no inciso I acima:
 - a) eventuais lançamentos contábeis redutores efetuados em rubricas de patrimônio líquido que não estiverem previstas na base de cálculo de que trata o § 8º, artigo 9º, Lei 9.249/1995, quando decorrerem dos mesmos fatos que deram origem a lançamentos contábeis positivos efetuados nestas rubricas; e
 - b) valores negativos registrados em conta de ajuste de avaliação patrimonial decorrentes de atos societários entre partes dependentes.

185

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

LIMITES A SEREM OBSERVADOS

RELATIVO AOS LUCROS

Para efeito de dedução na determinação do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, o efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionada a existência de Lucros computados antes da dedução dos juros, ou Lucros Acumulados e de Reserva de Lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados, ou seja:

Limita-se a:

- a) 50% o Lucro Líquido do exercício antes da dedução desses juros; ou
- b) 50% do somatório dos Lucros Acumulados e Reserva de Lucros.

186

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

LIMITES A SEREM OBSERVADOS

RELATIVO A TJLP

- ✓ O valor dos Juros sobre o Capital Próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido da Pessoa Jurídica, são dedutíveis na determinação do Lucro Real e da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro, porém limitados a variação Pro-Rata dia, da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP.

187

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para efeito do limite de 50% sobre o lucro do exercício, considerando que é o lucro após a CSLL, utilizar a seguinte fórmula:

Fórmula para o Cálculo:

$$LJR = \frac{0,5 (LL - PCS)}{1 - (0,5 \times \frac{A}{100})}$$

ONDE:

LJR = Limite dos Juros Remuneratórios
LL = Lucro Líquido Antes da Contribuição Social
PCS = Provisão p/Contribuição Social
A = Alíquota da Contribuição Social

188

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

EXEMPLO (Quando for considerado para efeito de limite, o Lucro do Exercício)

$$\begin{aligned} \text{LL} &= 100.000,00 & \text{LJR} &= \frac{0,5 (100.000,00 - 9.000,00)}{1 - (0,5 \times \frac{9}{100})} \\ \text{PCA} &= 9.000,00 \\ \text{A} &= 9\% \\ \text{LJR} &= \mathbf{47.643,98} \end{aligned}$$

Lucro Líquido antes C.Social	100.000,00
Juros remuneratórios	(47.643,98)
Base de Cálculo	52.356,02
Contribuição Social 9%	4.712,04

PROVA

Contribuição Social	4.712,04
Lucro antes C.Social	100.000,00
Lucro após CSLL antes dos juros	95.287,96
Limite 50% de 95.287,96	47.643,98

189

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

TAXAS FIXADAS PARA OS TRIMESTRES

Taxas fixadas para os trimestres de 2025

Período	Taxa	Embasamento
01.01.2025 a 31.03.2025	7,97%	Com. 42.642/Bacen/31.12.24
01.04.2025 a 30.06.2025	8,65%	Com. 43.008/Bacen/31.03.2025
01.07.2025 a 30.09.2025	8,96%	Com. 43.404/Bacen/30.06.25
01.10.2025 a 31.12.2025	9,07%	Com. 43.944/Bacen/30.09.25

2026		
01.01.2026 a 31.03.2026	9,19%	Com. 44.463/Bacen/31.12.25

190

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

TAXAS FIXADAS PARA OS TRIMESTRES DE 2025

a) Cálculo Pró-Rata dia:

$$01/01/2025 \text{ a } 31/03/2025 \Rightarrow (1+0,0797)^{1/12} = 1,00641073$$

$$01/04/2025 \text{ a } 30/06/2025 \Rightarrow (1+0,0865)^{1/12} = 1,00693741$$

$$01/07/2025 \text{ a } 30/09/2025 \Rightarrow (1+0,0896)^{1/12} = 1,00717652$$

$$01/10/2025 \text{ a } 31/12/2025 \Rightarrow (1+0,0907)^{1/12} = 1,00726121$$

$$\text{Resultado} = 1,00641073 \times 1,00641073 \times 1,00641073 \times 1,00693741 \times 1,00693741 \times 1,00693741 \times 1,00717652 \times 1,00717652 \times 1,00717652 \times 1,00726121 \times 1,00726121 \times 1,00726121 = 1,08661654$$

$$\text{Taxa TJLP} = (1,08661654 - 1) \times 100 = 8,66\%$$

Taxa TJLP para o ano-calendário de 2025 = 8,66%

191

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

CÁLCULO LINEAR ALTERNATIVO - TRIMESTRES DE 2025

$$\text{Jan/Fev/Mar} \Rightarrow 7,97 : 12 \times 3 = 1,9925\%$$

$$\text{Abr/Mai/Jun} \Rightarrow 8,65 : 12 \times 3 = 2,1625\%$$

$$\text{Jul/Ago/Set} \Rightarrow 8,96 : 12 \times 3 = 2,2400\%$$

$$\text{Out/Nov/Dez} \Rightarrow 9,07 : 12 \times 3 = \underline{2,2675\%}$$

$$\text{Total} = 8,6625\%$$

192

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

CÁLCULO LINEAR ALTERNATIVO - MENSAL 2025 - RFB

Janeiro	→	0,6642
Fevereiro	→	0,6642
Março	→	0,6642
Abril	→	0,7208
Mai	→	0,7208
Junho	→	0,7208
Julho	→	0,7467
Agosto	→	0,7467
Setembro	→	0,7467
Outubro	→	0,7558
Novembro	→	0,7558
Dezembro	→	0,7558
Total.....		8,6625

193

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

CÁLCULO LINEAR ALTERNATIVO PROPORCIONAL 2025

✓ Empresa do Lucro Real, que iniciou as atividades em 10 de junho de 2025:

Jun	→	$8,65 : 12 : 30 \times 20$	=	0,4806%
Jul/Ago/Set	→	$8,96 : 12 \times 3$	=	2,2400%
Out/Nov/Dez	→	$9,07 : 12 \times 3$	=	<u>2,2675%</u>
Total				4,9881%
.....				

194

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

EXEMPLO DE CÁLCULO 2025

(+) Capital	R\$	25.790.500,00
(+) Reservas de capital	R\$	1.860.200,00
(+) Reservas de lucros	R\$	6.080.700,00
(=) Patrimônio líquido	R\$	33.731.400,00 = Base de cálculo

$$\text{JUROS} = 33.731.400,00 \times 8,6625\% = 2.921.982,00$$

195

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

LIMITAÇÃO:

- Os lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores totalizam R\$ 6.080.700,000;
- A empresa poderá contabilizar como despesa dedutível em 31/12/2025 o total dos juros calculados pela TJLP, R\$ 2.921.982,00;
- Visto que não excedeu o limite de 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros (6.080.700,00 x 50% = 3.040.350,00).

196

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

- ✓ Ficarão sujeitos à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário (código DARF 5706);
- ✓ **A partir de 1º.01.2026 ficam sujeitos à alíquota de 17,5%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário (código DARF 5706)**
- ✓ O imposto incidente deverá ser pago até o 3º dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do fato gerador.

BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA TRIBUTADA PELO LUCRO REAL

- ✓ O IR Fonte será considerado antecipação do devido na declaração de rendimentos; ou
- ✓ Poderá ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração de capital próprio, a seu titular, sócios ou acionistas .

197

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA TRIBUTADA PELO PRESUMIDO OU ARBITRADO

- ✓ O Imposto Retido na Fonte será considerado antecipação do imposto devido no período de apuração.

BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA E PESSOAS JURÍDICAS ISENTAS DO IRPJ

- ✓ O Imposto de Renda Retido na Fonte será considerado como de tributação definitiva.

198

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS

- ✓ O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei 6.404, de 1976, sem prejuízo do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.
- ✓ Norma contábil para registro - ITG 08, especialmente itens 10, 11 e 17.
- ✓ Aspecto tributário, § 6º, artigo 75, IN RFB 1.700, de 2017 - Exclusão na parte "A" do e-Lalur e e-Lacs, registros M300 e M 350. (desde que não registrado como despesa).

199

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

INCORPORAÇÃO DOS JUROS CREDITADOS AO CAPITAL

A IN SRF 41, de 22.04.98, dispõe da seguinte forma sobre a utilização dos juros creditados para integralização em aumento de capital:

- ✓ Para efeito do disposto no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95, considera-se creditado individualmente, o valor dos Juros sobre o Capital Próprio, quando a despesa for registrada, na escrituração contábil da Pessoa Jurídica, em contra partida a conta ou subconta de seu passivo exigível, representativa de direito de crédito do sócio ou acionista da sociedade ou do titular da empresa individual;
- ✓ A utilização do valor creditado, líquido do imposto incidente na fonte para integralização de aumento de capital na empresa, não prejudica o direito à dedutibilidade da despesa, tanto para efeito do Lucro Real quanto da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- ✓ A Instrução Normativa RFB 1.700, de 14.03.2017, artigo 75, § 5º, confirma esse entendimento.

200



PAT - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

PAT

Instituição do PAT

- ✓ O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14.04.1976, e, atualmente, encontra-se regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10.11.2021 (Alterado pelo Decreto 11.678, de 30.08.2023 e pelo Decreto 12.712, de 11.11.2025). Este Programa busca atender prioritariamente os trabalhadores de baixa renda e sua gestão é compartilhada entre o Ministério do Trabalho e Previdência, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e o Ministério da Saúde.

Operacionalização do PAT

- ✓ Para fins de execução do PAT, a pessoa jurídica beneficiária poderá: (i) manter serviço próprio de refeições; (ii) distribuir alimentos; ou (iii) firmar contrato com entidades de alimentação coletiva;
- ✓ As entidades de alimentação coletiva serão registradas no PAT nas seguintes categorias: (i) fornecedora de alimentação coletiva; e (ii) facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios;
- ✓ Aplicável às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real anual, ou trimestral

PAT

❑ Textos Legais – PAT:

- ❑ Lei 6.321/1976, instituiu o PAT;
- ❑ Decreto 5/1991, regulamentou o PAT, até 10.12.2021;
- ❑ Decreto 9.580/2018 (RIR), disposições sobre o PAT, arts. 383, 641, 642 e 644;
- ❑ SCs COSIT 35/2013 e 79/2014, definem procedimentos sobre o PAT;
- ❑ Decreto 10.854/2021, regulamenta o PAT, a partir de 11.12.2021 (do artigo 166 em diante);
- ❑ Lei 14.442, de 02.09.2022;
- ❑ Portaria MTP 4.227, de 20.12.2022 e Portaria 1.707, de 10.10.2024;
- ❑ Decreto 11.678, de 30.08.2023;
- ❑ Decreto 12.712, de 11.11.2025; e
- ❑ Solução de Consulta COSIT 3, de 12.01.2026

203

PAT

Dedução do Imposto de Renda - PAT

- ✓ A pessoa jurídica tributada com base no lucro real trimestral ou anual, que tiver PAT aprovado pelo Ministério do Trabalho na forma do regulamento, **pode deduzir do imposto devido o valor equivalente a 15% do total das despesas de custeio** efetuadas no período de apuração, observado que a **dedução não pode exceder, a 4% do imposto de renda devido**, antes do adicional;
- ✓ A dedução também se aplica ao imposto determinado com base no lucro estimado, calculado com base na receita bruta e acréscimos, ou com base no balanço ou balancete de suspensão ou redução; e
- ✓ Eventuais excessos podem ser transferidos para dedução nos dois anos-calendário subsequentes.

204

PAT

Dedução do Imposto de Renda – PAT - Limites do Decreto 10.854, de 10.11.2021

A partir de 11.12.2021, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real para fins de dedução do PAT, além dos limites acima mencionados devem observar o seguinte:

- ✓ será aplicável em relação aos valores despendidos para os trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos e poderá englobar todos os trabalhadores da empresa beneficiária, nas hipóteses de serviço próprio de refeições ou de distribuição de alimentos por meio de entidades fornecedoras de alimentação coletiva;
 - ✓ deverá abranger apenas a parcela do benefício que corresponder ao valor de, no máximo, um salário-mínimo.
- **Nota: A Solução de Consulta COSIT nº 3, de 12.01.2026** esclareceu que, de acordo com o Parecer SEI nº 1.506/2024/MF, a regra do Decreto nº 10.854, de 2021, que limitava a dedução do PAT para valores pagos a trabalhadores com até cinco salários-mínimos, **não deve mais ser usada para fins tributários.**

205

PAT

PAT - Serviços de Pagamento

Os serviços de pagamentos de alimentação contratados para execução dos programas de alimentação observarão o seguinte:

- i. a operacionalização por meio de arranjo de pagamento fechado ou aberto, devendo as empresas organizadas na forma de arranjo de pagamento fechado permitir a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente, com o objetivo de compartilhar a rede credenciada de estabelecimentos comerciais, a partir de 1º de maio de 2023;
- ii. a portabilidade gratuita do serviço, mediante solicitação expressa do trabalhador, além de outras normas fixadas em decreto do Poder Executivo, a partir de 1º de maio de 2023.

Artigo 5º da Lei 14.442, de 02.09.2022

206

PAT

Deduções do Imposto de Renda – PAT

Cálculo **SEM** o limite do Decreto 10.854/2021 (Conforme Solução de Consulta COSIT nº 3, de 12.01.2026)

Para o cálculo considere o seguinte:

- (i) PJ tributada pelo lucro real, beneficiária do PAT **que apurou lucro real em 31.12.2025** no valor de R\$ 15.000.000,00;
- (ii) teve despesas de custeio com PAT de R\$ 1.500.000,00; e
- (iii) IRPJ à alíquota de 15% (sem considerar o adicional) no valor de R\$ 2.250.000,00.

1. IRPJ à alíquota de 15%	R\$ 15.000.000,00 x 15%	R\$ 2.250.000,00
2. PAT (Despesas de custeio x 15%)	R\$ 1.500.000,00 x 15% = R\$ 225.000,00	R\$ 90.000,00
3. PAT (Limite de 4% do IRPJ)	R\$ 2.250.000,00 x 4% = R\$ 90.000,00	
4. Adicional do IRPJ à alíquota de 10%	R\$ 14.760.000,00 x 10%	R\$ 1.476.000,00
5. Total do IRPJ a pagar		R\$ 3.636.000,00
6. Excesso	R\$ 225.000,00 - 90.000,00 = R\$ 135.000,00	Aproveitável nos 2 anos-calendário subsequentes

207

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

PREJUÍZOS FISCAIS

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS

- ✓ Artigos 579 a 586 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR).

Disposições Gerais:

- ✓ Para fins de determinação do lucro real, o lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais em até, no máximo, 30% (trinta por cento).
- ✓ A compensação poderá ser total ou parcial, em um ou mais períodos de apuração, à opção do contribuinte ;

Mudança de Controle Societário e de Ramo de Atividade:

- ✓ A pessoa jurídica não poderá compensar seus próprios prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL, se entre a data da apuração e da compensação houver ocorrido, cumulativamente, modificação de seu controle societário e do ramo de atividade.
- ✓ Aplica-se essas regras à CSLL.

Arts. 579, 580 e 584 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 203, 204, 207 e 209, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

209

PREJUÍZOS FISCAIS

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS

Operações de Incorporação, Fusão e Cisão

- ✓ A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL da sucedida.
- ✓ No caso de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá compensar os seus próprios prejuízos e bases de cálculo negativas da CSLL, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido.
- ✓ A PJ cindida deverá baixar, os saldos, na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs, proporcionalmente ao patrimônio líquido transferido na cisão.

Sociedade em Conta de Participação - SCP

- ✓ O prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurado por SCP somente poderão ser compensados com o lucro real e base positiva da CSLL decorrente da mesma SCP.
- ✓ É vedada a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL e resultados positivos entre duas ou mais SCP ou entre estas e o sócio ostensivo.

Arts. 585 e 586 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Arts. 210 e 211, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

210

PREJUÍZOS FISCAIS

Atividade Rural

- ✓ O prejuízo apurado pela pessoa jurídica na exploração da atividade rural poderá ser compensado com o resultado positivo obtido na mesma atividade em períodos de apuração posteriores, sem considerar o limite para compensação, de 30% do referido resultado positivo, ou seja do lucro líquido ajustado (art. 583, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e arts. 213 e 263 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).
- ✓ O prejuízo fiscal da atividade rural determinado no período de apuração poderá ser compensado com lucro real das demais atividades, apurado no mesmo período, sem limite (mesmo tratamento aplicável para CSLL).

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

- ✓ A partir de 1º de janeiro de 1996, os prejuízos não operacionais apurados pelas pessoas jurídicas, somente poderão ser compensados, nos períodos de apuração subsequentes ao de sua operação com lucros da mesma natureza, observado o limite máximo de 30% do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do imposto de renda.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

211

PREJUÍZOS FISCAIS

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

CONCEITO

- ✓ Consideram-se não operacionais os resultados decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo não circulante imobilizado, investimento e intangível, ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda.
- ✓ O resultado não operacional será igual à diferença, positiva ou negativa entre valor pelo qual o bem ou direito houver sido alienado e o seu valor contábil, assim entendido o que estiver registrado na escrituração do contribuinte, diminuído, se for o caso, da depreciação, amortização ou exaustão acumulada e das perdas estimadas no valor de ativos.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

212

PREJUÍZOS FISCAIS

RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS NEGATIVOS E LUCRO REAL NEGATIVO

- ✓ Somente será exigida a separação em prejuízos não operacionais e em prejuízos das demais atividades, se no período forem verificados, cumulativamente, resultados não operacionais negativos e Lucro Real negativo (Prejuízo Fiscal).

Neste caso, a pessoa jurídica deverá comparar o prejuízo não operacional com o prejuízo fiscal apurado na demonstração do Lucro Real, observado o seguinte:

- a) se o prejuízo fiscal for maior, todo o resultado não operacional negativo será considerado prejuízo fiscal não operacional e a parcela excedente será considerada prejuízo fiscal das demais atividades; e
- b) se todo o resultado não operacional negativo for maior ou igual ao prejuízo fiscal, todo o prejuízo fiscal será considerado não operacional.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

213

PREJUÍZOS FISCAIS

PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS

- ✓ Os prejuízos não operacionais e os decorrentes das demais atividades da pessoa jurídica deverão ser controlados de forma individualizada por espécie, na parte B do e-Lalur, para compensação com lucros de mesma natureza apurados nos períodos subsequentes.
- ✓ O valor do prejuízo fiscal não operacional a ser compensado em cada período de apuração subsequente não poderá exceder o total dos resultados não operacionais positivos apurados no período de compensação.
- ✓ No período de apuração em que for apurado resultado não operacional positivo, todo o seu valor poderá ser utilizado para compensar os prejuízos fiscais não operacionais de períodos anteriores, ainda que a parcela do lucro real admitida para compensação não seja suficiente ou que tenha sido apurado prejuízo fiscal.
- ✓ Na hipótese prevista acima, a parcela dos prejuízos fiscais não operacionais compensados com os lucros não operacionais que não puder ser compensada com o lucro real, seja em virtude do limite 30%, ou de ter ocorrido prejuízo fiscal no período, passará a ser considerada prejuízo das demais atividades, devendo ser promovidos os devidos ajustes na parte B do e-Lalur.

Arts. 581 e 582 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 205 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

214

PREJUÍZOS FISCAIS

Exemplo:

Para demonstrar a separação entre o prejuízo fiscal não operacional e prejuízo fiscal operacional apurado na demonstração do Lucro Real, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO

SITUAÇÕES	LUCRO REAL	PREJUÍZO NÃO OPERACIONAL	PREJUÍZO FISCAL NÃO OPERACIONAL	PREJUÍZO FISCAL OPERACIONAL
A	2.500,00	(2.000,00)	-	-
B	(500,00)	(420,00)	(420,00)	(80,00)
C	(800,00)	(1.000,00)	(800,00)	-

- ✓ Na situação "A", a pessoa jurídica apresenta Lucro Real de R\$ 2.500,00 e prejuízo não operacional de R\$ 2.000,00. Pelo fato do Lucro Real ter sido positivo, não há que se falar em prejuízo fiscal não operacional.
- ✓ Já na situação B, o prejuízo fiscal apurado na demonstração do Lucro Real (R\$ 500,00) sendo maior que o prejuízo não operacional (R\$ 420,00), implica que todo o prejuízo não operacional (R\$ 420,00) será considerado prejuízo fiscal não operacional, e que a parcela excedente (R\$ 80,00) será considerada prejuízo fiscal das demais atividades.
- ✓ Finalmente na situação C, o resultado não operacional negativo (prejuízo não operacional R\$ 1.000,00) é maior que o prejuízo fiscal apurado na demonstração do Lucro Real (R\$ 800,00), logo todo prejuízo fiscal será considerado prejuízo fiscal não operacional.

Nota: Os prejuízos não operacionais e os decorrentes das atividades operacionais da pessoa jurídica deverão ser controlados em folhas específicas, individualizadas por espécie, na parte B do e-Lalur, para compensação com lucros de mesma natureza apurados nos períodos subsequentes.


PREJUÍZOS FISCAIS

Pessoa Jurídica do Presumido que Retorna ao Lucro Real

[Na hipótese](#) da pessoa jurídica optante pela tributação com base no lucro presumido [retornar à tributação com base no lucro real](#), os saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL, remanescentes da tributação com base no lucro real não utilizados, poderão vir a ser compensados, observadas as normas pertinentes à compensação.

Art. 212, da IN RFB 1.700, de 14.03.2017





LUCRO REAL

CONCEITO

- ✓ Regime de apuração, no qual a base de cálculo do imposto sobre a renda e da CSLL é apurada segundo registros contábeis e fiscais, sistematicamente com observância das Leis comerciais e fiscais. Neste contexto, o artigo 258 do Decreto 9.580, de 2018 (RIR) define que Lucro Real, é o lucro líquido do período de apuração, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento.
- ✓ Cabe destacar ainda, que a apuração do lucro real é formalizada na parte “A” dos Livros Eletrônicos de Apuração do Lucro Real e da CSLL (e-Lalur e e-Lacs, Bloco M da ECF), mediante adições e exclusões ao Lucro Líquido do período-base e compensações de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, autorizadas pela legislação do imposto de renda, e da CSLL.

218

LUCRO REAL

RESULTADO AJUSTADO

- ✓ Resultado ajustado é o lucro líquido do período de apuração antes da provisão para a CSLL, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação da CSLL (§ 1º, artigo 61, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).
- ✓ Destaca-se, que a determinação do lucro real e do resultado ajustado será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (§ 2º, artigo 61, IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

219

LUCRO REAL

AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO – Adições

Na determinação do lucro real e do resultado ajustado serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração:

- I. os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação do IRPJ ou da CSLL, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real ou do resultado ajustado; e
 - II. os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, devam ser computados na determinação do lucro real ou do resultado ajustado;
- ✓ O Anexo I da IN RFB 1.700, de 2017, substituído pelo Anexo I, da IN RFB 1.881, de 03.04.2019, apresenta uma lista não exaustiva das **adições** ao lucro líquido do período de apuração.

Art. 260, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 62 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

220

LUCRO REAL

AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO - **Exclusões**

Na determinação do lucro real e do resultado ajustado poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração:

- I. os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação do IRPJ ou da CSLL e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração; e
- II. os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, não sejam computados no lucro real ou no resultado ajustado;

- ✓ O Anexo II da IN RFB 1.700, de 2017, substituído pelo Anexo II, da IN RFB 1.881, de 03.04.2019, apresenta uma lista não exaustiva das **exclusões** do lucro líquido do período de apuração.

Art. 261, Decreto 9.580/2018 (RIR) e Arts. 63 e 64, IN RFB 1.700/2017

221

LUCRO REAL

AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO - **Compensações**

IRPJ

- ✓ O lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões prescritas ou autorizadas pela legislação do IRPJ, **poderá ser reduzido** pela compensação de prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores em até, no máximo, 30%.

CSLL

- ✓ O lucro líquido, depois de ajustado pelas adições e exclusões prescritas ou autorizadas pela legislação da CSLL, **poderá ser reduzido** pela compensação de bases de cálculo negativas da CSLL de períodos de apuração anteriores em até, no máximo, 30%..

222

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no Lucro Real, em cada ano-calendário, as Pessoas Jurídicas:

- a) cuja receita total, acrescida dos demais resultados e dos ganhos de capital, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses (Esse limite passou a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2014, por força do artigo 7º da Lei 12.814, de 2013);
- b) cujas atividades sejam de instituições financeiras e assemelhadas, tais como bancos comerciais, bancos de investimento e de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

223

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no Lucro Real, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

- c) que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- d) que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- e) que no decorrer do ano-calendário tenham efetuado pagamento do IRPJ e CSLL mensal pelo regime de estimativa;
- f) que autorizada pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais de isenção ou redução do imposto de renda;

224

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no Lucro Real, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

- g) que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio;
- h) que tenham sido constituídas como sociedades de propósito específico, formadas por microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto no art. 56 da Lei Complementar 123, de 2006 (§ 2º, inciso IV); e
- i) que emitam ações nos termos estabelecidos no art. 16, § 2º da Lei 13.043, de 2014 (Cias abertas que emitam ações com benefícios fiscais).

Art. 257, Decreto 9.580, de 2018 (RIR) e Art. 59 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

225

LUCRO REAL

PESSOAS JURÍDICAS OBRIGADAS A APURAÇÃO DO LUCRO REAL

Notas:

- 1) A pessoa jurídica que, em relação ao mesmo ano-calendário, incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração pelo Lucro Real, conforme alínea "d" deverá apurar o IRPJ e a CSLL sob o regime de apuração pelo Lucro Real Trimestral a partir, inclusive, do trimestre da ocorrência do fato. (Ato Declaratório Interpretativo SRF 5, de 31.10.2001);
- 2) Não se aplica a regra da alínea "d" à pessoa jurídica que auferir receita da exportação de mercadorias e da prestação direta de serviços no exterior;
- 3) Também, não é considerada a prestação direta de serviços àquela realizada no exterior por intermédio de filiais, sucursais, agências, representações, coligadas, controladas e outras unidades descentralizadas da pessoa jurídica que lhes sejam assemelhadas; e
- 4) As pessoas jurídicas e as sociedades em conta de participação que se encontram nas situações descritas nas alíneas "a", "d", "e", e "f" acima, poderão optar, durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido (Lei 9.964, de 10 de abril de 2000).

226

APURAÇÃO TRIMESTRAL OU ANUAL



LUCRO REAL

OPÇÃO PELA APURAÇÃO TRIMESTRAL OU ANUAL

Trimestral

- ✓ A opção pelo pagamento trimestral do IRPJ e da CSLL, pelas pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, ou a opção pela forma de pagamento por estimativa, será irretratável para todo o ano-calendário (E, essa opção é formalizada mediante pagamento do DARF relativo ao IRPJ com código específico).

Anual

- ✓ A opção pelo pagamento por estimativa será manifestada com o pagamento do IRPJ correspondente ao mês de janeiro do ano-calendário, ainda que intempestivo, ou com o levantamento do respectivo balanço ou balancete de suspensão. Na hipótese de início de atividades a opção será manifestada em relação ao 1º (primeiro) mês de atividade da pessoa jurídica.

APURAÇÃO TRIMESTRAL

Caput do Artigo 31 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

APURAÇÃO DO LUCRO REAL TRIMESTRAL

- ✓ A partir de janeiro de 1997, a regra obrigatória é a apuração do IR e da CSLL por períodos trimestrais, exceto nos casos de incorporação, fusão, cisão ou extinção da pessoa jurídica que a apuração das bases de cálculo será efetuada na data do evento;
- ✓ As bases de cálculo do IRPJ e da CSLL serão determinadas em períodos trimestrais encerrados em 31.03, 30.06, 30.09 e 31/12 de cada ano-calendário;
- ✓ Lucro Real Trimestral, será apurado com observância da legislação comercial e fiscal, e cada período de apuração trimestral **será considerado definitivo**.

LUCRO REAL

PRAZOS DE RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS

Lucro Real Trimestral

- ✓ O IRPJ e a CSLL apurados ao final de cada trimestre serão pagos em quota única até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração;
- ✓ À opção da pessoa jurídica, o IRPJ e a CSLL poderão ser pagos em até 3 (três) quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos 3 (três) meses subsequentes ao do encerramento do período de apuração;
- ✓ Nenhuma quota poderá ser inferior a R\$ 1.000,00; e
- ✓ O IRPJ ou CSLL inferior a R\$ 2.000,00 deverá ser pago em quota única.

231

LUCRO REAL

LUCRO REAL TRIMESTRAL

O imposto apurado em cada trimestre de 2026 com pagamento em quota única, apresenta os seguintes vencimentos:

Recolhimento em Quota única	
Período de Apuração	Vencimento
1º Trimestre	30/04/2026
2º Trimestre	31/07/2026
3º Trimestre	30/10/2026
4º Trimestre	29/01/2027

232

LUCRO REAL

LUCRO REAL TRIMESTRAL/ PARCELADO EM QUOTAS

O imposto de cada trimestre de 2026 pode ser parcelado em quotas, observado o seguinte:

Recolhimento parcelado		
Período de apuração	Quota	Vencimento
1º Trimestre	1	30/04/2026
	2	29/05/2026
	3	30/06/2026
2º Trimestre	1	31/07/2026
	2	31/08/2026
	3	30/09/2026
3º Trimestre	1	30/10/2026
	2	30/11/2026
	3	30/12/2026
4º Trimestre	1	29/01/2027
	2	26/02/2027
	3	31/03/2027

233

LUCRO REAL

PREENCHIMENTO DO DARF – REAL TRIMESTRAL

Empresas com Balanços Trimestrais

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real que apuram o imposto por períodos trimestrais, deverão preencher o DARF **relativo ao imposto de cada trimestre**, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas Obrigadas ao Lucro Real ▪ Instituições Financeiras Balanços Trimestrais	1599
Demais Empresas ▪ Balanço Trimestral	0220
Empresas Não Obrigadas ao Lucro Real ▪ Balanço Trimestral	3373

234

APURAÇÃO ANUAL

Artigos 32 a 50 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

APURAÇÃO DO LUCRO REAL ANUAL

- ✓ As Pessoas Jurídicas que optarem pelo pagamento do IRPJ e da CSLL por estimativa, deverão apurar Lucro Real e o Resultado Ajustado em 31 de dezembro de cada ano-calendário, exceto nas hipóteses de incorporação, fusão, cisão ou extinção, que a apuração deverá ser realizada na data desses eventos.
- ✓ A periodicidade de apuração e pagamento adotada pela pessoa jurídica para o IRPJ determina a periodicidade de apuração e pagamento da CSLL.

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (CONCEITO)

- ✓ Consiste em **determinar o IRPJ e a CSLL devidos mensalmente com base na receita bruta e acréscimos, ou mediante o levantamento de balanços ou balancetes intermediários de suspensão ou redução** na forma da legislação comercial e fiscal vigente.

§§ 3º ao 7º do artigo 31, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

237

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL (REGIME DE PAGAMENTO POR ESTIMATIVA)

- ✓ O IRPJ e CSLL, pagos mensalmente, são **considerados como antecipação** dos valores devidos em dezembro de cada ano-calendário.

MANIFESTAÇÃO DE OPÇÃO PELA APURAÇÃO ANUAL

A opção pelo pagamento mensal por estimativa será manifestada:

- ✓ com o pagamento do IRPJ sobre a receita bruta e acréscimos, correspondente ao mês de janeiro do ano-calendário, ainda que intempestivo, ou
- ✓ mediante o levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução.

238

LUCRO REAL

VANTAGENS DO REGIME DE ESTIMATIVA

- ✓ Regra geral, é a melhor forma de pagamento do IRPJ e CSLL ([Calculando com base na receita bruta, ou mediante levantamento de balanços ou balancetes intermediários de redução ou suspensão](#));
- ✓ Os prejuízos fiscais e/ou base de cálculo negativa da CSLL, relativos a determinado período de apuração, estarão absorvidos por resultados positivos de períodos de apuração subsequentes;
- ✓ O Imposto de Renda, adicional e CSLL são considerados [antecipações](#).

239

PAGAMENTOS MENSAIS COM BASE NA RECEITA BRUTA, OU COM BASE NOS BALANÇOS OU BALANCETES DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

A Pessoa Jurídica que exercer opção pelo pagamento do IRPJ e da CSLL por estimativa, poderá efetuar os pagamentos mensais com base na Receita Bruta, ou, com base em balanços/balancetes de redução ou suspensão, efetuado o cálculo, dos dois o menor, assim demonstrado:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
<i>IR devido mensalmente (1)</i>	100	100 →	100	100 →	100	100 →
<i>IR devido lucro real acumulado (2)</i>	0 (5)□	150	150 →	300	250 →	500
<i>IR a pagar (3)</i>	0	100	50	100	0	100
<i>IR acumulado</i>	0	100	150	250	250	350

240

PAGAMENTOS MENSAIS COM BASE NA RECEITA BRUTA, OU COM BASE NOS BALANÇOS OU BALANCETES DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

A Pessoa Jurídica que exercer opção pelo pagamento do IRPJ e da CSLL por estimativa, poderá efetuar os pagamentos mensais com base na Receita Bruta, ou, com base em balanços/balancetes de redução ou suspensão, efetuado o cálculo, dos dois o menor, assim demonstrado:

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	AJUSTE
IR devido mensalmente (1)	0 (4)□	100	100	100	100 →	100	-
IR devido lucro real acumulado (2)	500	400 →	0 (5)□	0 (5)□	500 →	550 →	550
IR a pagar (3)	0	50	0	0	100	50 (6)	0
IR acumulado	350	400	400	400	500	550	550

241

PAGAMENTOS MENSAIS COM BASE NA RECEITA BRUTA, OU COM BASE NOS BALANÇOS OU BALANCETES DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO

LEGENDA:

- (1) IR devido com base na Receita Bruta;
- (2) IR calculado com base no lucro real correspondente ao período de **01.01.2025** até o mês-base para cálculo do imposto mensal com base em balanço / balancete suspensão ou redução;
- (3) IR a pagar até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração, com base na receita ou balanço/balancete dos dois o menor;
- (4) Mês em que a pessoa jurídica não teve receita de qualquer espécie;
- (5) Prejuízo fiscal apurado, na forma do art. 35 da Lei 8.981/95;
- (6) Valor relativo estimativa do mês de dezembro de 2025, a ser recolhida até 30.01.2026.

→ Melhor opção para o contribuinte

242

LUCRO REAL

LUCRO REAL ANUAL (PAGAMENTO ESTIMADO)

Os prazos para pagamento do imposto com base na receita bruta e acréscimos, ou com suporte nos balanços ou balancetes para 2026, são os seguintes:

Período de apuração	Vencimento
Janeiro	27/02/2026
Fevereiro	31/03/2026
Março	30/04/2026
Abril	29/05/2026
Maio	30/06/2026
Junho	31/07/2026
Julho	31/08/2026
Agosto	30/09/2026
Setembro	30/10/2026
Outubro	30/11/2026
Novembro	30/12/2026
Dezembro	29/01/2027

243

LUCRO REAL

PREENCHIMENTO DO DARF – ESTIMADO MENSAL

As pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento do imposto de renda e contribuição social na forma do Lucro Estimado mensal (Com base na receita bruta e acréscimos, ou mediante levantamento de Balanços/Balancetes intermediários de suspensão ou redução, deverão preencher o DARF com os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
EMPRESAS OBRIGADAS AO LUCRO REAL	
• Instituições Financeiras/Estimado	2319
• Demais Empresas/Estimado	2362
EMPRESAS NÃO OBRIGADAS AO LUCRO REAL	
• Lucro Estimado	5993
• Ganhos em Aplicações de Renda Variável	3317

244



APURAÇÃO ANUAL - AJUSTE

245

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL (AJUSTE)

- ✓ Apuração definitiva em 31 de dezembro do ano-calendário na forma da legislação comercial e fiscal vigente.

246

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

ALÍQUOTA E ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA

- ✓ O imposto devido será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o Lucro Real, sem prejuízo da incidência do adicional.

ADICIONAL

- ✓ A parcela do Lucro Real, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do respectivo período de apuração anual ou trimestral, sujeita-se à incidência de adicional do imposto de renda à alíquota de 10%.

Nota:

- 1) A alíquota do adicional é única para todas as pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras, sociedades seguradoras e assemelhadas;
- 2) A partir de janeiro de 1996, as Pessoas Jurídicas que explorem atividades Rurais, sujeitam-se também a incidência do adicional do Imposto de Renda; e
- 3) O valor do adicional será pago integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

247

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Deduções do Imposto

Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído ou compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ devido os valores referentes:

I - aos benefícios fiscais de dedução do imposto, excluído o adicional, observados os limites e prazos previstos na legislação de regência, relativos:

- a) às despesas de custeio do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- b) às doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente e do idoso;
- c) às doações e patrocínios a título de apoio a ações de prevenção e o combate ao câncer no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon);
- d) às doações e patrocínios a título de apoio a ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência promovidas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD);

Artigo 66 IN RFB 1.700, de 14.03.2017

248

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Deduções do Imposto

Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído ou compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ devido os valores referentes:

- e) às doações e patrocínios realizados a título de apoio a atividades culturais ou artísticas;
- f) aos investimentos, aos patrocínios e à aquisição de quotas de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines), realizados a título de apoio a atividades audiovisuais;
- g) às doações e patrocínios realizados a título de apoio a atividades desportivas e paradesportivas;
- h) à remuneração da empregada ou do empregado paga no período de prorrogação da licença-maternidade ou da licença-paternidade;

II - aos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto, calculados com base no lucro da exploração;

Artigo 66 IN RFB 1.700, de 14.03.2017

249

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Deduções do Imposto

Para efeito de determinação do saldo do imposto a pagar ou a ser restituído ou compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ devido os valores referentes:

III - ao imposto sobre a renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real; e

IV - ao imposto sobre a renda calculado por estimativa, e efetivamente pago mensalmente.

Artigo 66 IN RFB 1.700, de 14.03.2017

250

LUCRO REAL

INCENTIVOS FISCAIS DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO

Limites individuais dos Incentivos Fiscais

INCENTIVO	LIMITE INDIVIDUAL
Operação de Caráter Cultural e Artístico (Lei 8.313/1991)	4%
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	4%
Atividades Audiovisuais (Lei 8.685, de 1993)	4%
Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente	1%
Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso	1%
Atividades de Caráter Desportivo	2%
PRONON	1%
PRONAS/PCD	1%

251

LUCRO REAL

INCENTIVOS FISCAIS DE DEDUÇÃO DO IMPOSTO

Limites Coletivos dos Incentivos Fiscais

INCENTIVO	LIMITE COLETIVO
Operação de Caráter Cultural e Artístico (Lei 8.313/1991)	4%
Atividade Audiovisual (Lei 8.685, de 1993)	
Atividades de caráter esportivo (Lei 11.438/2006)	

252

LUCRO REAL

APURAÇÃO ANUAL

Tratamento da diferença apurada em 31 de dezembro

Os saldos do IRPJ e da CSLL apurados em 31 de dezembro, será:

- ✓ **Se positivos**, serão pagos em quota única, até o último dia útil do mês de março do ano subsequente (acrescidos de juros calculados à taxa Selic, a partir de fevereiro e de 1%);
- ✓ **Se negativos**, poderão ser objeto de restituição ou de compensação nos termos do art. 74 da Lei 9.430, de 1996;
- ✓ o prazo para pagamento da diferença acima, não se aplica ao IRPJ e CSLL estimado relativo ao mês de dezembro, que deverá ser pago até último dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

Artigo 57 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

253

LUCRO REAL

SALDOS NEGATIVOS DE IRPJ OU DE CSLL

Da Restituição e da Compensação do Saldo Negativo do IRPJ e da CSLL

- ✓ Os saldos negativos do IRPJ e da CSLL poderão ser objeto de restituição no caso de: (i) apuração anual, a partir do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do período de apuração; (ii) **apuração trimestral, a partir do mês subsequente ao do trimestre de apuração**; e (iii) apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do período de apuração.
- ✓ O pedido de restituição e a declaração de compensação relativos ao saldo negativo de IRPJ ou de CSLL **serão recepcionados pela RFB somente depois da confirmação da transmissão da ECF**, na qual esteja demonstrado o direito creditório, de acordo com o período de apuração, observado que aplica-se, inclusive, aos casos de apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação.

Artigos 27 e 28, da IN RFB 2055, de 06.12.2021

254

LUCRO REAL

SALDOS NEGATIVOS DE IRPJ OU DE CSLL

Da Restituição e da Compensação do Saldo Negativo do IRPJ e da CSLL

- ✓ Na hipótese de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL apurado trimestralmente, a restrição acima será aplicada somente depois do encerramento do respectivo ano-calendário (Ou seja aplica-se, somente ao 4º trimestre).
- ✓ É vedada a compensação e será considerada não declarada quando tiver por objeto os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL.

Artigo 27 e Inciso XVI, Art. 76 da IN RFB 2055, de 06.12.2021

255

LUCRO REAL

PREENCHIMENTO DO DARF – LUCRO REAL AJUSTE ANUAL

Declaração de Ajuste Empresas do Estimado (Apuração Anual)

As pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real enquadradas no regime de estimativa, deverão preencher o DARF relativo à diferença apurada em 31 de dezembro, utilizando os seguintes códigos:

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	
Empresas Obrigadas ao Lucro Real	
→ Instituições Financeiras - Quota única	2390
→ Demais empresas - Quota única	2430
Empresas Não Obrigadas ao Lucro Real	
• Quota Única	2456

256



DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

257

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

O artigo 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, dispõe sobre a distribuição de lucros ou dividendos nos seguintes termos:

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

§ 1º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados, a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista. (Renumerado pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014)

§ 2º A não incidência prevista no caput inclui os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei 6.404/ 1976, ainda que a ação seja classificada em conta de passivo ou que a remuneração seja classificada como despesa financeira na escrituração comercial. (Incluído pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014)

§ 3º Não são dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no art. 15 da Lei 6.404/ 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial (Incluído pela Lei 12.973, de 13 de maio de 2014) .

Artigo 756 do Decreto 9.580, de 22.11.2018 (RIR)

258

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Lei 12.973/2014 - Mantém isenção contida no art. 10 da Lei 9249/95

- ✓ A Lei 12.973, manteve o caput do artigo 10, da Lei nº 9.249/95, sem alterações.

Lucros ou Dividendos Calculados Com Base nos Resultados Apurados de 2008 a 2013

- ✓ Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31.12.2013 pelas PJ tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007, não ficarão sujeitos à incidência do IRRF, nem integrarão a base de cálculo do IR e da CSLL do beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no País ou no exterior (Art. 72, Lei 12.973, 2014, combinado com o artigo 28 da IN RFB 1.397, de 16.09.2013, alterada pela IN RFB 1.492, de 2014).

259

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Disposições da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (Artigo 238)

- ✓ Não estão sujeitos ao imposto sobre a renda os lucros e dividendos pagos ou creditados a sócios, acionistas ou titular de empresa individual, [observado o disposto no Capítulo III da Instrução Normativa RFB 1.397, de 16 de setembro de 2013;](#)
- ✓ Ou seja, reafirma o tratamento tributário dado pela IN RFB 1.397, de 2014 em relação a distribuição de lucros;
- ✓ Abrange inclusive os lucros ou dividendos atribuídos a sócios ou acionistas residentes ou domiciliados no exterior;

260

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Disposições da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (§ 2º, artigo 238)

Pessoa Jurídica Tributada Pelo Presumido ou Arbitrado

No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado poderão ser pagos ou creditados, sem incidência de imposto do IRRF:

I - o valor da base de cálculo do imposto, diminuído do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS a que estiver sujeita a pessoa jurídica;

II - a parcela de lucros ou dividendos excedentes ao valor determinado no item I, desde que a empresa demonstre, através de escrituração contábil feita com observância da lei comercial, que o lucro efetivo é maior que o determinado segundo as normas para apuração da base de cálculo do imposto pela qual houver optado, ou seja, o lucro presumido ou arbitrado.

261

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Disposições da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (§§ 3º, 4º e 8º do artigo 238)

Lucros Antecipados

- ✓ A parcela dos rendimentos pagos ou creditados a sócio ou acionista ou ao titular da pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a título de lucros ou dividendos distribuídos, ainda que por conta de período-base não encerrado, que exceder ao valor apurado com base na escrituração, será imputada aos lucros acumulados ou reservas de lucros de exercícios anteriores, ficando sujeita a incidência do imposto sobre a renda calculado segundo o disposto na legislação específica, com acréscimos legais;
- ✓ Inexistindo lucros acumulados ou reservas de lucros em montante suficiente, a parcela excedente será submetida à tributação nos termos do art. 61 da Lei 8.981, de 1995;
- ✓ Ressalvado o disposto no primeiro § acima, a distribuição de rendimentos a título de lucros ou dividendos que não tenham sido apurados em balanço sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda, nos termos do art. 61 da Lei 8.981, de 1995;
- ✓ Na hipótese de antecipação de lucros, recomenda-se incluir no contrato social, disposição expressa permitindo a distribuição de lucros com suporte em balanços intermediários.

262

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

Obrigatoriedade de Apresentação da ECD

- ✓ Está obrigada a apresentar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º.01.2014, as PJs tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do IRRF, parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuído do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS a que estiver sujeita a pessoa jurídica (§ 3º do artigo 3º, IN RFB 2003, de 18.01.2021).

Adimplência Fiscal

- ✓ Para que a pessoa jurídica possa distribuir lucros ou dividendos deve estar adimplente, com relação aos tributos federais, conforme dispõe o Art. 32 da Lei 4.357, de 1964 (Art. 1.018, Decreto 9.580, de 2018 - RIR).

263

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

SIMPLES NACIONAL

Isenção do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário

- ✓ Consideram-se isentos do Imposto de Renda na Fonte e na Declaração de Ajuste do Beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou EPP optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

Decreto 9.580, de 2018, Art. 35, Inciso IV, alínea "b", Art. 14, L. Complementar 123, de 2006 e Art. 145 da Resolução CGSN 140, de 22.05.2018

264

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

SIMPLES NACIONAL

- ✓ A isenção fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais utilizados na tributação com base no lucro presumido abaixo relacionados, sobre a receita bruta mensal ou anual, subtraído do valor devido na forma do Simples Nacional no período relativo ao IRPJ.

PERCENTUAIS SOBRE A RECEITA BRUTA (art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995)	
Atividade	%
Revenda de combustíveis derivados de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural	1,6
Venda e revenda de mercadorias	8
Serviços hospitalares	
Venda de produtos ou industrialização por encomenda	
Atividade imobiliária (loteamento de terrenos, incorporação, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda)	
Transporte de cargas	
Atividade rural	
Outras atividades não caracterizadas como de prestação de serviços	
Serviços de transportes, exceto de cargas	16
Demais serviços	32

265

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

SIMPLES NACIONAL

Exemplo: Hipótese em que uma EPP obteve receita anual nos 12 meses anteriores de R\$ 2.400.000,00, e no período de apuração manteve a mesma receita, utilizando-se a tabela do anexo I, Resolução CGSN 140, de 22.05.2018, a alíquota do Simples Nacional aplicável é 14,3%, entretanto, a alíquota efetiva é 10,66%. Com essas informações fazer o cálculo relativo a distribuição:

Cálculo do Simples Nacional:

No Ano: $(2.400.000,00 \times 10,66\% \text{ Alíquota Efetiva}) = 255.840,00$

No Mês: $(200.000,00 \times 10,66\% \text{ Alíquota Efetiva}) = 21.320,00$

Valor do IRPJ no Simples Nacional (tabela do anexo I - alíquota efetiva do IRPJ - 0,59%):

No Ano: $(2.400.000,00 \times 0,59\%) = 14.160,00$

No Mês: $(200.000,00 \times 0,59\%) = 1.180,00$

Limite para Distribuição:

No Ano: $(2.400.000,00 \times 8\%) = (192.000,00 - 14.160,00) = 177.840,00$

No Mês: $(200.000,00 \times 8\%) = (16.000,00 - 1.180,00) = 14.820,00$

266

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

SIMPLES NACIONAL

PESSOA JURÍDICA QUE MANTÉM ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

- ✓ O limite de distribuição de lucros acima descrito não se aplica na hipótese de a Pessoa Jurídica manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior ao referido limite;
- ✓ No caso da Pessoa Jurídica que mantenha escrituração contábil feita com observância das Leis comerciais, poderá distribuir o Lucro Apurado no encerramento do período base sem incidência de Imposto de Renda na Fonte e na Declaração de Ajuste dos Beneficiários.

267

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU DIVIDENDOS

EFD-REINF - INFORMAÇÕES RELATIVAS A LUCROS E DIVIDENDOS

- ✓ O prazo para apresentação das informações de rendimentos relativos a lucros e dividendos, quando isentos de retenção de imposto incidente sobre a renda, fica prorrogado para até o dia 15 do segundo mês subsequente ao trimestre correspondente (§ 3º do artigo 6º, IN RFB 2043, de 12.08.2021).

FIM DA DIRF x EVENTOS DA EFD-REINF x EVENTOS DO eSOCIAL

Conforme disposições contidas no § 1º, artigo 3º da IN RFB 2043, de 12.08.2021, a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF, será substituída, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2025:

- (I) pelos eventos da série R-4000 da EFD-Reinf;
- (ii) pelo evento S-1210 do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial e pelos demais eventos por ele referenciados; e
- (iii) pelo evento S-2501 do eSocial.

Instrução Normativa RFB 2.043, de 12.08.2021 e alterações posteriores.

268



DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS A PARTIR DE 2026

artigo 2º da Lei 15.270, de 26.11.2025

269

LUCRO REAL

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS A PARTIR DE 2026

- ✓ **A partir de 1º de janeiro de 2026**, o pagamento, creditamento, emprego ou entrega de lucros e dividendos **efetuado por uma mesma pessoa jurídica a uma mesma pessoa física residente no Brasil**, em valor superior a R\$ 50.000,00 no mesmo mês, sujeita-se à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) mediante retenção na fonte à alíquota de 10%.
- ✓ A retenção incidirá sobre o montante total pago, creditado, empregado ou entregue no mês, sendo vedada qualquer dedução da base de cálculo.

Artigo 2º, Lei 15.270, de 26.11.2025, que incluiu o artigo 6A na Lei 9.250, de 1995

270

LUCRO REAL

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS A PARTIR DE 2026

Regras de Apuração Mensal

- ✓ Na hipótese de ocorrerem múltiplos pagamentos, creditamentos, empregos ou entregas de lucros e dividendos no mesmo mês, realizados pela mesma pessoa jurídica à mesma pessoa física residente no Brasil, a retenção deverá ser:
 - (i) recalculada de forma consolidada,
 - (ii) considerando-se o total dos valores distribuídos no respectivo mês, e
 - (iii) procedendo-se ao ajuste do valor anteriormente retido.

Artigo 2º, Lei 15.270, de 26.11.2025, que incluiu o artigo 6A na Lei 9.250, de 1995

271

LUCRO REAL

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS A PARTIR DE 2026

Hipóteses de Não Incidência

Não se sujeitam à retenção do IRPF à alíquota de 10%, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 15.270, os lucros e dividendos:

- ✓ relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025;
- ✓ cuja distribuição tenha sido regularmente aprovada até 31 de dezembro de 2025;
- ✓ que sejam exigíveis nos termos da legislação civil ou empresarial, desde que o respectivo pagamento, creditamento, emprego ou entrega ocorra estritamente nas condições e prazos originalmente previstos no ato societário que deliberou a distribuição.

Artigo 2º, Lei 15.270, de 26.11.2025, que incluiu o artigo 6A na Lei 9.250, de 1995

272



APÊNDICE I - REGIME DE ESTIMATIVA RECEITA BRUTA

Artigos 32 a 45 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

A base de cálculo estimada do IRPJ, em cada mês, será determinada mediante a aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta definida pelo art. 12 do Decreto 1.598/77, auferida na atividade, deduzida das devoluções e vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos:

Artigo 32 a 45, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Base de Cálculo

❖ AVP – Ajuste a Valor Presente

- ✓ Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei 6.404, de 1976, **incluem-se na receita bruta**;
- ✓ Os valores decorrentes do referido ajuste a valor presente, apropriados como receita financeira no mesmo período de apuração do reconhecimento da receita bruta, ou em outro período de apuração, **não serão incluídos na base** de cálculo estimada.

275

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Situações Especiais de Base de Cálculo

Atividades Imobiliárias

- ✓ Nas atividades imobiliárias, deverá ser considerado como receita bruta o montante efetivamente recebido, relativo às unidades imobiliárias vendidas (art. 35 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017).

Instituições Financeiras e Equiparadas

- ✓ Nas atividades desenvolvidas por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta, o percentual para recolhimento do imposto estimado será de 16% sobre a receita bruta auferida, ajustada pelas deduções e adições previstas no artigo 36 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

276

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Situações Especiais de Base de Cálculo

Contratos de Longo Prazo

- ✓ Nos casos de contratos com prazo de execução superior a um ano, de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços a serem produzidos, será computada na receita bruta parte do preço total da empreitada, ou dos bens ou serviços a serem fornecidos, determinada mediante a aplicação, sobre esse preço total, da percentagem do contrato ou da produção executada em cada mês, nos termos da Instrução Normativa SRF 21, de 13.03. 1979.

Contratos de Curto Prazo

- ✓ No caso de construções ou fornecimentos contratados com base em preço unitário de quantidades de bens ou serviços produzidos em prazo inferior a um ano, a receita deverá ser incluída na base de cálculo mensal, no mês em que for completada cada unidade.

Fornecimento de Bens ou Serviços a Pessoa Jurídica de Direito Público

- ✓ A receita decorrente de fornecimento de bens e serviços para pessoa jurídica de direito público ou empresas sob seu controle, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias, nos casos de empreitada ou fornecimento contratado nas condições previstas nos arts. 478 e 479 do Decreto 9.580, RIR/2018, será reconhecida no mês do recebimento.

277

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Acréscimos à Base de Cálculo

Receitas Financeiras de Variações Monetárias

- ✓ As receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação das bases de cálculo estimadas, quando da liquidação da correspondente operação. No que couber, observadas, as disposições contidas nos artigos 151 a 160 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.
- ✓ À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias acima poderão ser consideradas segundo o regime de competência, o qual será aplicado a todo o ano-calendário.

Aplicação Financeira de Renda Fixa e Ganhos em Renda Variável – CSLL

- ✓ Os rendimentos e ganhos líquidos produzidos por aplicação financeira de renda fixa e de renda variável serão acrescidos à base de cálculo estimada da CSLL.

278

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

Acréscimos à Base de Cálculo

- ✓ Serão acrescidos às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na receita bruta, inclusive:

Rendimentos e Ganhos em Renda Fixa e Renda Variável

Os rendimentos e ganhos líquidos produzidos por aplicação financeira de renda fixa e de renda variável não integram a base de cálculo estimada do IRPJ.

Entretanto, esses rendimentos e ganhos, serão considerados na determinação da base de cálculo estimada do IRPJ quando não houverem sido submetidos à incidência na fonte ou ao recolhimento mensal previstos nas regras específicas de tributação a que estão sujeitos.

279

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

Determinação do Imposto Devido

- ✓ O imposto devido em cada mês será calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo;
- ✓ É devido mensalmente o adicional do imposto sobre a renda, à alíquota de 10%, sobre a parcela da base de cálculo apurada que exceder a R\$ 20.000,00.

280

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

- ✓ Mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação específica, aplicam-se à CSLL os mesmos períodos de apuração e formas de pagamento do IRPJ.

Dedução da CSLL devida no mês

- ✓ Para fins de cálculo do valor a pagar a pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL devida no mês a CSLL retida na fonte sobre as receitas que integraram a respectiva base de cálculo.

281

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CSLL

Acréscimos à Base de Cálculo da CSLL

- Serão acrescidos às bases de cálculo da CSLL, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na receita bruta, relacionados no tópico do IRPJ;

282

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRÉSCIMOS)

CSLL – Alíquotas

As alíquotas da CSLL são as seguintes (artigo 3º, Lei 7.689, de 15.12.1988):

- i. 20% até o dia 31.12.2021 e 15% a partir de 1º.01.2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (Redação dada pela Lei nº 14.183, de 2021);
- ii. 25% até o dia 31.12.2021 e 20% a partir de 1º.01.2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (Incluído pela Lei nº 14.183, de 2021); e
- iii. 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas.
- iv. Nota: As alíquotas da CSLL que trata os itens (i) e (ii) serão de 16% e de 21%, respectivamente, de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

NOTA: Observar as alíquotas em vigor, a partir de 1º.04.2020 (Lei complementar 224/2020 (arts. 1º e 14)).

283



APÊNDICE II - BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO

Artigos 32 a 45 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

- ✓ A pessoa jurídica pode suspender ou reduzir o pagamento do imposto (IRPJ e CSLL), desde que demonstre que o valor do imposto devido, calculado com base no lucro real do período em curso, é igual ou inferior à soma do imposto de renda devido por estimativa, correspondente aos meses do mesmo ano-calendário, anteriores àquele a que se refere o balanço ou balancete.
- ✓ Permite ao contribuinte planejar sua carga tributária no decorrer do ano-calendário.

285

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

- ✓ Deverão ser levantados de acordo com as disposições contidas na legislação comercial e fiscal;
- ✓ As empresas que fizerem a opção por levantar os balanços ou balancetes de suspensão ou redução devem consolidar as receitas e despesas dos meses abrangidos no período em curso;
- ✓ O resultado apurado em cada balanço ou balancete de suspensão ou redução deverá ser ajustado por todas as adições exigidas, exclusões e compensações admitidas pela legislação;
- ✓ Adições relativas aos lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, e as parcelas referente aos ajustes de preços de transferência, somente no balanço de dezembro.

286

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Pagamento relativo ao mês de janeiro

- ✓ O pagamento mensal relativo ao mês de janeiro do ano-calendário poderá ser efetuado com base em balanço ou balancete mensal, desde que fique demonstrado que o valor do IRPJ ou da CSLL devido no período é inferior ao calculado com base na receita bruta.
- ✓ Ocorrendo apuração de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa de CSLL a pessoa jurídica estará dispensada do pagamento do IRPJ ou da CSLL correspondente a esse mês.

287

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Prejuízos fiscais

- ✓ Limitado a 30% do lucro líquido do período de apuração, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda (art. 15 da Lei 9.065/95);
- ✓ Prejuízos não operacionais verificados em períodos de apuração definitiva em que a PJ apurar prejuízo fiscal, somente poderão ser compensados nos períodos seguintes com lucros da mesma natureza.

288

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Demonstração do lucro real e do resultado ajustado

A demonstração do lucro real e a demonstração do resultado ajustado relativas ao período abrangido pelos balanços/balancetes deverão ser informadas no e-Lalur e e-Lacs, observando-se o seguinte:

- (i) a cada balanço ou balancete levantado para fins de suspensão/redução do IRPJ e da CSLL o contribuinte deverá determinar um novo lucro real e um novo resultado ajustado para o período em curso, desconsiderando aqueles apurados em meses anteriores do mesmo ano-calendário; e
- (ii) as adições, exclusões e compensações, computadas na apuração do lucro real e do resultado ajustado, correspondentes aos balanços/balancetes, deverão constar, da Parte A do e-Lalur e do e-Lacs, não cabendo nenhum registro na Parte B.

289

LUCRO REAL

REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

CSLL

- ✓ Mesmas regras de apuração e pagamento adotadas para o IRPJ;
- ✓ Considera-se CSLL devida no período em curso o resultado da aplicação da alíquota da contribuição sobre o resultado ajustado, diminuído, quando for o caso, dos incentivos fiscais de dedução e de isenção ou redução;
- ✓ As alíquotas da CSLL para os balanços ou balancetes de suspensão ou redução, são as mesmas utilizadas para cálculo da estimativa com base na receita bruta.

290

LUCRO REAL

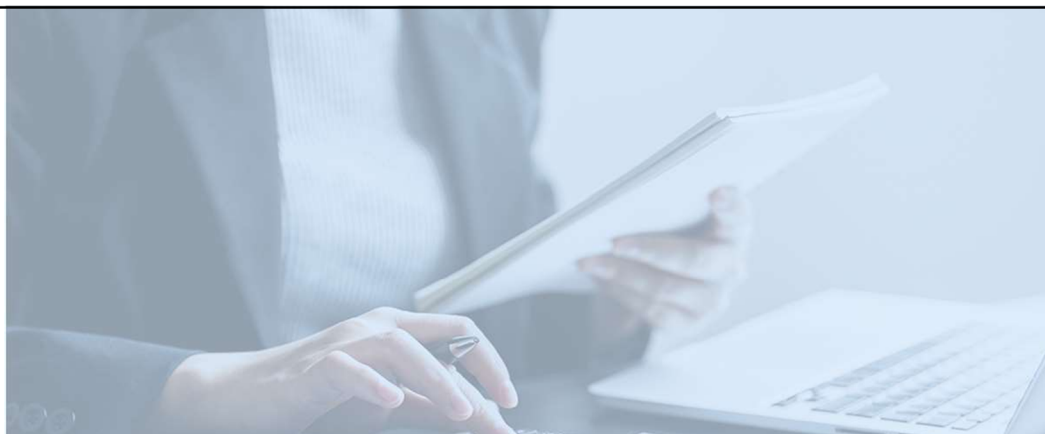
REGIME DE ESTIMATIVA (BALANÇOS OU BALANCETES DE SUSPENSÃO OU REDUÇÃO)

Falta ou insuficiência do pagamento mensal:

- ✓ Sujeitará o contribuinte aos acréscimos legais (0,33% ao dia limitado a 20% + juros Selic);
- ✓ A falta de pagamento do IRPJ e CSLL apurados por estimativa, sujeita-se a multa isolada de 50% sobre o valor não recolhido);
- ✓ As infrações às regras de determinação do lucro real ou do resultado ajustado, verificadas nos procedimentos de redução ou suspensão do IRPJ e CSLL a pagar, ensejarão a aplicação de multa de ofício.

Artigos 51 a 53, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

291



APÊNDICE III - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL

Aspectos Gerais – Lucro Real, Presumido, ou Arbitrado

292

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Aplica-se à Contribuição Social sobre o Lucro (Lei 7.689 de 1988) as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e, no que couberem, as referentes à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor.

Artigo 3º da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

293

CSLL

CONTRIBUINTES

- ✓ São contribuintes da CSLL todas as pessoas jurídicas domiciliadas no País e as que lhe são equiparadas pela legislação do IRPJ, observado o disposto na Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988 e as alterações posteriores.

ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E DE FALÊNCIA

- ✓ Sujeitam-se às mesmas normas de incidência da CSLL aplicáveis às demais Pessoas Jurídicas.

Arts. 4º a 7º e 241, IN RFB 1.700, de 14.03.2017

294

CSLL

SOCIEDADES EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO

- ✓ Apurados com observância das normas fiscais aplicáveis às demais Pessoas Jurídicas. É do sócio ostensivo a responsabilidade pela apuração dos resultados e recolhimento da CSLL pela SCP.

Artigo 6º da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

295

CSLL

PERÍODO DE APURAÇÃO

Anual

- ✓ No dia 31 de dezembro do ano-calendário, no caso de apuração da CSLL com base no Lucro Real Anual, modalidade em que a Pessoa Jurídica deverá efetuar o pagamento mensal da CSLL sobre a base de Cálculo Estimada;

Trimestral

- ✓ Nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, no caso de apuração da CSLL com base no Lucro Real (resultado ajustado trimestral), no Lucro Presumido ou no Lucro Arbitrado trimestral.

Artigo 31 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

296

CSLL

BASE DE CÁLCULO

- ✓ A Base de Cálculo da CSLL, será determinada segundo a legislação vigente na data de ocorrência do respectivo fato gerador, com base no Lucro Real (que é o resultado ajustado trimestral ou anual), Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado, correspondente ao período de apuração.

Artigo 57 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

297

CSLL

BASE DE CÁLCULO

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NA RECEITA BRUTA E ACRESCIMOS)

A base de cálculo da CSLL, em cada mês, será determinada observando as disposições contidas no artigo 34 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017 (mediante a aplicação dos percentuais de 12% ou 32% sobre a receita bruta, deduzida das devoluções, das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos).

REGIME DE ESTIMATIVA (COM BASE NOS BALANÇOS)

A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento mensal da CSLL, em cada mês, mediante o levantamento de balanços ou balancetes de redução ou suspensão, com observância da legislação comercial e fiscal.

Artigos 34 e 47 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

298

CSLL

BASE DE CÁLCULO (RECEITA BRUTA)

A Base de Cálculo da CSLL corresponderá à soma dos seguintes valores:

- ✓ 12% da receita bruta auferida no período de apuração, exceto na prestação de serviços em geral;
- ✓ 32% da receita bruta auferida no período, referente a prestação de serviços em geral; e
- ✓ Os ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos correspondentes a receitas não abrangidas pelo conceito de receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto 1.598, de 1977.

Artigo 34 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

299

CSLL

CSLL ALÍQUOTAS

As alíquotas da CSLL são as seguintes:

I - 20% nos casos de bancos de qualquer espécie e de agências de fomento;

II - 15% nos casos de:

(a) pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização; (b) distribuidoras de valores mobiliários; (c) corretoras de câmbio e de valores mobiliários; (d) sociedades de crédito, financiamento e investimentos; (e) sociedades de crédito imobiliário; (f) administradoras de cartões de crédito; (g) sociedades de arrendamento mercantil; (h) associações de poupança e empréstimo; e (i) cooperativas de crédito;

III - 9% nos casos de:

(a) administradoras de mercado de balcão organizado; (b) bolsas de valores e de mercadorias e futuros; (c) entidades de liquidação e compensação; (d) empresas de fomento comercial ou factoring; e (e) demais pessoas jurídicas.

Nota: Observar às alíquotas em vigor, a partir de 1º.04.2026 (Lei complementar 224/2025 (arts. 7º e 14)).

Lei 7.689, de 15.12.1988 e Artigo 30 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

300

CSLL

Deduções - Apuração Trimestral

Para efeitos de determinação do saldo da CSLL a pagar ou a ser restituída ou compensada, a pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL devida os valores referentes:

- I. aos incentivos fiscais de isenção da CSLL, calculados com base no lucro da exploração;
- II. à CSLL paga ou retida na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do resultado ajustado; e
- III. ao bônus de adimplência fiscal, observando o regramento contido nos artigos 271 a 276 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

Nota: No caso da apuração do lucro real trimestral e lucro presumido, o bônus será calculado em relação aos 4 (quatro) trimestres do ano-calendário, entretanto, somente será utilizado mediante dedução da CSLL devida no último trimestre do ano-calendário.

301

CSLL

Deduções - Apuração Anual

Para efeitos de determinação do saldo da CSLL a pagar ou a ser restituída ou compensada, a pessoa jurídica poderá deduzir da CSLL devida no ajuste em 31 de dezembro, os valores referentes:

- I. aos incentivos fiscais de isenção da CSLL, calculados com base no lucro da exploração;
- II. à CSLL paga ou retida na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do resultado ajustado;
- III. à CSLL calculada por estimativa, e efetivamente paga mensalmente;
- IV. ao bônus de adimplência fiscal, observando o regramento contido nos artigos 271 a 276 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017.

Artigo 67 da IN RFB 1.700, de 14.03.2017

302

CSLL

PREENCHIMENTO DO DARF

SITUAÇÃO DA EMPRESA	CÓDIGO
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – ESTIMADO	
EMPRESAS TRIBUTADAS PELO LUCRO REAL	
• Instituições Financeiras/Estimado	2469
• Demais Empresas/Estimado	2484
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – AJUSTE ANUAL	
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
• Quota Única	6758
DEMAIS EMPRESAS	
• Quota Única	6773
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – BALANÇOS TRIMESTRAIS	
• Instituições Financeiras Balanço Trimestral	2030
• Demais Empresas Balanço Trimestral	6012
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO – PRESUMIDO OU ARBITRADO	
• Pessoas Jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido ou Arbitrado	2372

303

REVISANDO PROCEDIMENTOS

304

REVISANDO PROCEDIMENTOS

ESTRUTURAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPONENTES	APLICÁVEL À SOCIEDADE		
	SIM	NÃO	OBS.
Estruturação e Apresentação das Demonstrações Contábeis			
✓ Aplicação das normas			
• Critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das DC			
• Conjunto completo de Demonstrações contábeis			
• Redução ao valor recuperável de Ativos - <i>Impairment</i>			
• AVP e AVJ			
• Operações de arrendamento			
• Imobilizado e Intangível			
• Investimento em controlada e em coligada			
• Estoques (CPC 16 e 29)			
• Subvenções para investimentos - Ponto de atenção			
• PCLD (Perdas Esperadas CPC 48)			
• Notas explicativas (CTG 07)			

305

REVISANDO PROCEDIMENTOS

ESTRUTURAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPONENTES	APLICÁVEL À SOCIEDADE		
	SIM	NÃO	OBS.
✓ Aspectos Fiscais			
• Multas por infrações fiscais			
• Juros sobre capital próprio			
• Isenções			
• Incentivos Fiscais de Dedução do Imposto			
• Doações			
• Antecipação de lucros			
• Perda no recebimento de créditos			
• Contratos de longo e curto prazo			
• Venda de bens ou serviços para o poder público			
• Venda de ativo imobilizado a prazo			
• Despesas operacionais indedutíveis			
• Compensação de prejuízos fiscais			
• Compensação de base negativa de CSLL			
• Aplicação em incentivos fiscais - FINAM FINOR			
• Lucros auferidos no exterior			
• Valores diferidos de períodos anteriores			
• Excesso de incentivos fiscais			

306

REVISANDO PROCEDIMENTOS

ESTRUTURAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPONENTES	APLICÁVEL À SOCIEDADE		
	SIM	NÃO	OBS.
✓ Atividades rurais			
• Depreciação acelerada			
• Compensação de prejuízos			
• Compensação de base negativa CSLL			
• Reversão da depreciação acelerada incentivada			
✓ Sociedade em conta de participação			
✓ Tributos com questionamento judicial			
✓ Devolução de bens aos sócios, ou nos casos de fusão, cisão e incorporação			

307

***Quem sabe o que está
buscando e onde quer chegar,
encontra os caminhos certos e
o jeito de caminhar.***

Thiago de Melo

308





Siga-nos!
@florestaict

Obrigado!

Liviel Floresta 
(62) 3285-4008 
liviel@florestaauditores.com.br 
www.florestaict.com.br 